PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A
CNPJ: 34.274.233/0001-02

Informações Trimestrais - ITR BR Distribuidora

Em 30 de junho de 2020 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Sumário

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR....03
Balanços patrimoniais....05
Demonstrações do resultado....07
Demonstrações de resultados abrangentes....08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido....09
Demonstrações dos fluxos de caixa....10
Demonstrações do valor adicionado....11
1 Considerações gerais....12
2 Base de preparação das demonstrações contábeis....14
3 Uso de estimativas e julgamentos....15
4 Principais políticas contábeis....15
5 Caixa e equivalentes de caixa....15
6 Contas a receber, líquido....16
7 Estoques....18
8 Bonificações antecipadas concedidas a clientes....18
9 Investimentos....19
10 Imobilizado....20
11 Intangível....22
12 Fornecedores....24
13 Financiamentos....24
14 Arrendamentos....27
15 Adiantamentos de clientes....29
16 Tributos....30
17 Salário, férias, encargos, prêmios e participações....31
18 Planos de desligamento....33
19 Benefícios concedidos a empregados....33
20 Patrimônio líquido....37
21 Receita de vendas....38
22 Outras receitas (despesas), líquidas....39
23 Despesas por natureza....41
24 Resultado financeiro, líquido....44
25 Informações por segmento....46
26 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências....50
27 Compromissos contratuais....58
28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos....59
29 Partes relacionadas....70
Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis intermediárias e sobre o relatório dos auditores....78
Membros do Conselho de Adminstração e Diretoria Executiva....79

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da
Petrobras Distribuidora S.A
Rio de Janeiro – RJ

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Petrobras Distribuidora S.A.

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**30.06.2020**	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.307	2.362	5.104	2.114
Contas a receber, líquidas	6	3.696	4.475	3.891	4.649
Estoques	7	2.347	3.412	2.321	3.390
Adiantamentos a fornecedores		34	29	34	29
Imposto de renda e contribuição social		227	224	222	221
Impostos e contribuições a recuperar	16	1.529	906	1.404	821
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	8	601	604	601	604
Despesas antecipadas		65	56	65	56
Instrumentos financeiros derivativos	28	16	9	16	9
Ativos mantidos para venda		14	38	12	36
Outros ativos circulantes		108	110	123	117
		13.944	**12.225**	**13.793**	**12.046**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	6	415	592	411	588
Depósitos judiciais	26.2	1.197	1.173	1.172	1.148
Impostos e contribuições a recuperar	16	588	607	522	520
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	1.673	1.905	1.657	1.890
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	8	1.819	1.926	1.819	1.926
Despesas antecipadas		142	153	142	153
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	29.1.1	-	-	147	144
Instrumentos financeiros derivativos	28	631	-	631	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo		15	15	10	10
		6.480	**6.371**	**6.511**	**6.379**
Investimentos	9	47	47	361	356
Imobilizado	10	6.651	6.703	6.153	6.233
Intangível	11	547	520	544	517
		13.725	**13.641**	**13.569**	**13.485**
Total do Ativo		**27.669**	**25.866**	**27.362**	**25.531**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Nota**	**30.06.2020**	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Circulante					
Fornecedores	12	1.313	2.307	1.320	2.331
Financiamentos	13	2.629	4.254	2.502	4.104
Arrendamentos	14	103	87	208	199
Adiantamentos de clientes	15 e 21.2	409	285	403	279
Imposto de renda e contribuição social		166	1	162	-
Impostos e contribuições a recolher	16	284	315	275	305
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	20.2	536	525	536	525
Salários, férias, encargos, prêmios e participações	17	211	309	208	306
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	18.1	-	2	-	2
Programas de desligamento e reestruturação	18.2 e 18.3	3	115	3	115
Planos de pensão e saúde	19	210	192	210	192
Instrumentos financeiros derivativos	28	35	41	35	41
Outras contas e despesas a pagar		181	166	163	157
		6.080	**8.599**	**6.025**	**8.556**
Não circulante					
Financiamentos	13	5.795	1.703	5.165	962
Arrendamentos	14	693	731	1.080	1.187
Planos de pensão e saúde	19	4.309	5.019	4.303	5.013
Provisão para processos judiciais e administrativos	26	970	1.040	968	1.039
Outras contas e despesas a pagar		9	8	8	8
		11.776	**8.501**	**11.524**	**8.209**
		17.856	**17.100**	**17.549**	**16.765**
Patrimônio líquido	20				
Capital social realizado		6.353	6.353	6.353	6.353
Reservas de lucros		5.103	4.681	5.103	4.681
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.643)	(2.268)	(1.643)	(2.268)
		9.813	**8.766**	**9.813**	**8.766**
Total do Passivo		**27.669**	**25.866**	**27.362**	**25.531**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhões de reais, exceto pelo lucro por ação)

		Consolidado				Controladora			
	Nota	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	21	14.882	36.070	24.045	46.477	14.642	35.617	23.863	46.134
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(14.286)	(34.528)	(22.756)	(43.598)	(14.072)	(34.127)	(22.587)	(43.279)
Lucro bruto		**596**	**1.542**	**1.289**	**2.879**	**570**	**1.490**	**1.276**	**2.855**
Despesas operacionais									
Vendas	23	(585)	(1.208)	(722)	(1.455)	(572)	(1.184)	(717)	(1.441)
Gerais e administrativas	23	(138)	(283)	(190)	(385)	(133)	(272)	(181)	(372)
Tributárias	23	(17)	(58)	(13)	(50)	(16)	(57)	(13)	(49)
Outras receitas (despesas), líquidas	22 / 23	400	764	(64)	(201)	402	766	(65)	(202)
		(340)	**(785)**	**(989)**	**(2.091)**	**(319)**	**(747)**	**(976)**	**(2.064)**
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		**256**	**757**	**300**	**788**	**251**	**743**	**300**	**791**
Financeiras	24								
Despesas		(103)	(202)	(118)	(230)	(120)	(229)	(129)	(254)
Receitas		95	172	397	794	91	165	396	787
Variações cambiais e monetárias, líquidas		85	11	(91)	(104)	97	27	(84)	(86)
		77	**(19)**	**188**	**460**	**68**	**(37)**	**183**	**447**
Resultado de participações em investimentos	9	**(1)**	**(2)**	-	**1**	**12**	**28**	**7**	15
Lucro antes dos impostos		**332**	**736**	**488**	**1.249**	**331**	**734**	**490**	**1.253**
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente		(242)	(271)	(49)	(351)	(241)	(268)	(49)	(351)
Diferido		98	(43)	(137)	(119)	98	(44)	(139)	(123)
		(144)	**(314)**	**(186)**	**(470)**	**(143)**	**(312)**	**(188)**	**(474)**
Lucro líquido do período		**188**	**422**	**302**	**779**	**188**	**422**	**302**	**779**
Lucro líquido, básico e diluído por ação do capital social - R$		0,16	0,36	0,26	0,67	0,16	0,36	0,26	0,67

Capital social composto de 1.165.000.000 ações ordinárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhões de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019
Lucro líquido do período	188	422	302	779	188	422	302	779
Outros resultados abrangentes								
Itens que não serão reclassificados para o resultado								
Planos de pensão								
Ganhos atuariais	556	556	-	-	556	556	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(189)	(189)	-	-	(189)	(189)	-	-
	367	**367**	-	-	**367**	**367**	-	-
Plano de saúde								
Ganhos atuariais	258	258	-	-	258	258	-	-
	258	**258**	-	-	**258**	**258**	-	-
	625	**625**	-	-	**625**	**625**	-	-
Resultado abrangente do período	**813**	**1.047**	**302**	**779**	**813**	**1.047**	**302**	**779**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhões de reais)

	Consolidado									Controladora
		Reservas de lucros						Outros resultados abrangentes		
	Capital social subscrito e integralizado	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos / Juros	Incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018	**6.353**	**1.025**	**270**	**1.765**	**2.199**	**-**	**-**	**(1.926)**	**9.686**	**9.686**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	779	-	779	779
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(2.199)	-	-	-	(2.199)	(2.199)
Em 30 de junho de 2019	**6.353**	**1.025**	**270**	**1.765**	**-**	**-**	**779**	**(1.926)**	**8.266**	**8.266**
Em 31 de dezembro de 2019	**6.353**	**1.136**	**270**	**2.741**	**534**	**-**	**-**	**(2.268)**	**8.766**	**8.766**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	422	-	422	422
Ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	625	625	625
Em 30 de junho de 2020	**6.353**	**1.136**	**270**	**2.741**	**534**	**-**	**422**	**(1.643)**	**9.813**	**9.813**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
		2020	2019	2020	2019
Atividade operacional					
Lucro líquido do período		422	779	422	779
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social		314	470	312	474
Depreciação e amortização	23	271	255	273	256
Resultado com alienação / baixas de ativos		5	(10)	5	(8)
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	6	106	36	97	34
Resultado de participações em investimentos relevantes		2	(1)	(28)	(15)
Apropriação / baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes		309	243	309	243
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		29	30	28	25
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		819	(424)	835	(417)
Ganho valor justo instrumentos financeiros, líquido		(1.162)	-	(1.162)	-
Despesa com planos de pensão e saúde	19	236	241	236	240
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	26.1	(42)	86	(43)	86
Provisão para incentivo ao desligamento voluntário		-	(16)	-	(16)
Provisão abono por repactuação salarial		25	-	25	-
Recuperação de PIS e Cofins - exclusão de ICMS da base de cálculo		(376)	-	(376)	-
Outros ajustes		-	(2)	2	(1)
Redução (aumento) de ativos e aumento (redução) de passivos					
Contas a receber		996	1.157	979	1.092
Estoques		1.065	(104)	1.069	(100)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes		(207)	(441)	(207)	(441)
Despesas antecipadas		(27)	(24)	(25)	(19)
Depósitos Judiciais		(8)	(59)	(8)	(59)
Fornecedores		(1.247)	(186)	(1.265)	(191)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(71)	(393)	(71)	(393)
Impostos, taxas e contribuições		(173)	(62)	(130)	(53)
Planos de pensão e de saúde		(114)	(522)	(114)	(522)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		(2)	(53)	(2)	(53)
Programas de desligamento e reestruturação		(112)	-	(112)	-
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(20)	(24)	(20)	(24)
Outros ativos e passivos, líquidos		546	(18)	514	(18)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.584**	**958**	**1.543**	**899**
Atividades de investimentos					
Adições de imobilizados e intangíveis		(223)	(260)	(193)	(243)
Adições em investimentos		(1)	(2)	(1)	(2)
Recebimentos pela venda de ativos		8	10	8	10
Investimentos em FIDC		-	54	-	23
Dividendos recebidos		-	-	7	3
Juros recebidos de empréstimos com partes relacionadas		-	-	-	1
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos		**(216)**	**(198)**	**(179)**	**(208)**
Atividades de financiamentos					
Financiamentos					
Captações	13.1.1	4.713	-	4.713	-
Amortizações de principal	13.1.1	(2.891)	(115)	(2.773)	(5)
Amortizações de juros	13.1.1	(165)	(198)	(119)	(147)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	20.2	-	(1.518)	-	(1.518)
Arrendamentos					
Pagamentos de principal	14.4	(40)	(38)	(151)	(109)
Pagamentos de juros	14.4	(35)	(39)	(39)	(78)
Cessões de direitos creditórios - FIDC-NP		-	(24)	-	-
Outros		(5)	-	(5)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		**1.577**	**(1.932)**	**1.626**	**(1.857)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no período		**2.945**	**(1.172)**	**2.990**	**(1.166)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**2.362**	**3.057**	**2.114**	**2.830**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		**5.307**	**1.885**	**5.104**	**1.664**
Transações que não envolvem caixa					
Utilização de depósitos judiciais para pagamento de contingências		8	7	8	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	45.971	58.015	45.382	57.562
Perdas de crédito esperadas	(106)	(36)	(97)	(34)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	182	195	150	174
	46.047	**58.174**	**45.435**	**57.702**
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas e produtos para revenda	33.312	43.604	32.925	43.300
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.665	1.486	1.604	1.444
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	1.639	1.893	1.503	1.785
	36.616	**46.983**	**36.032**	**46.529**
Valor adicionado bruto	**9.431**	**11.191**	**9.403**	**11.173**
Retenções				
Depreciação e amortização	271	255	273	256
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**9.160**	**10.936**	**9.130**	**10.917**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	(2)	1	28	15
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais	581	858	574	851
Aluguéis e royalties	92	123	92	123
	671	**982**	**694**	**989**
Valor adicionado a distribuir	**9.831**	**11.918**	**9.824**	**11.906**
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	177	369	169	358
Participações nos lucros ou resultados	-	13	-	13
Prêmio por desempenho	-	27	-	27
Plano de cargos e salários	-	49	-	49
Abono por repactuação salarial	21	-	21	-
	198	**458**	**190**	**447**
Benefícios				
Vantagens	31	41	31	40
Plano de aposentadoria e pensão	126	127	126	127
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-	(16)	-	(16)
Programas de desligamento e reestruturação	(2)	-	(2)	-
Plano de saúde	134	148	133	147
	289	**300**	**288**	**298**
FGTS	**28**	**29**	**28**	**28**
	515	**787**	**506**	**773**
Tributos				
Federais	1.002	884	997	886
Estaduais	7.201	8.955	7.201	8.953
Municipais	23	21	23	21
	8.226	**9.860**	**8.221**	**9.860**
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	604	403	611	405
Aluguéis / arredamentos	64	89	64	89
	668	**492**	**675**	**494**
Acionistas				
Lucros retidos	422	779	422	779
	422	**779**	**422**	**779**
Valor adicionado distribuído	**9.831**	**11.918**	**9.824**	**11.906**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "BR") é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

1.2 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia considerou todas as informações disponíveis e monitorou as investigações da "Operação Lava Jato", não tendo sido identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014 (R$23). A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

De janeiro até junho de 2020, não ocorreram ressarcimentos provenientes de acordos de leniência celebrados com pessoas jurídicas (R$3 em 2019).

1.3 Impactos causados pela COVID-19 nas demonstrações financeiras intermediárias

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estaria se disseminando de forma rápida em sua população. Diante da decretação pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 do estado de pandemia referente ao COVID-19, a Companhia acionou seu Comitê de Crise interagindo com os comitês de crise da indústria, órgãos reguladores e governo, monitorando a disseminação da doença e os possíveis impactos nas operações da Companhia.

Apesar de todos os importantes avanços em nossa agenda de valor, o primeiro semestre impôs também grandes desafios à condução dos negócios e operações, em função do contexto trazido pela pandemia da COVID-19.

Neste contexto desafiador, norteamos todas as nossas ações pelos princípios de Consciência, Responsabilidade e Solidariedade, reconhecendo o caráter essencial de nossas atividades para a sociedade e também que somos uma parte central em um ecossistema que integra produtores, transportadores, prestadores de serviços, revendedores e consumidores. Constituímos imediatamente uma sala de crise e adotamos medidas mitigadoras buscando a estabilidade de nossas operações, a normalidade no atendimento aos clientes e a preservação da saúde e bem-estar de colaboradores diretos e indiretos.

No momento, parcela expressiva de nossos colaboradores atuam em rotina de trabalho remoto (*home office*). Um plano gradual de retorno está sendo avaliado, sempre observando nossos princípios de Consciência, Responsabilidade e Solidariedade. Para garantirmos uma operação segura em nossas bases, adotamos cuidados adicionais, como uso de máscaras, medição de temperatura, medidas de distanciamento, controles de acesso, entre outras ações. Reforçamos as medidas de higiene e limpeza das nossas instalações e também junto a transportadores e fornecedores. Passamos a monitorar e oferecer todo suporte às pessoas com quadro indicativo

da doença; restringimos fortemente viagens nacionais e cancelamos viagens internacionais; disponibilizamos máscaras e álcool em gel para utilização pelos profissionais envolvidos com o atendimento aos consumidores; disponibilizamos serviços de atendimento médico e psicológico remoto e extensível a nossos clientes; enfim, nos adaptamos rapidamente a uma nova realidade de negócios e operações e continuamos atentos a novas necessidades que se apresentem adiante como decorrência deste momento ímpar para a humanidade.

Dentro dos princípios de Consciência, Responsabilidade e Solidariedade, buscamos contribuir com diversos segmentos da sociedade nas ações de combate à COVID19 e suas consequências, conforme apresentado na nota explicativa 1.3 às Demonstrações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2020.

Medidas de resiliência

Após o expressivo recuo da atividade em abril, dados preliminares indicam sinais de retomada das atividades econômicas em meio ao relaxamento gradual das restrições de circulação de pessoas, mas ainda em cenário de incerteza quanto ao comportamento futuro da pandemia.

Observamos na performance de vendas no 2º trimestre de 2020 tendência de recuperação em relação à segunda quinzena do mês de março, mas ainda com vendas físicas em média 20% inferiores ao 2º trimestre de 2019. As maiores reduções ocorreram na Rede de Postos e no segmento de Aviação enquanto no B2B (Mercado de Grandes Consumidores) observamos maior resiliência nos volumes vendidos.

Diante das incertezas trazidas por este contexto e certos de nossa incapacidade de prevermos de maneira confiável todos os possíveis desdobramentos da crise imposta pela pandemia, implementamos rapidamente diversas medidas contingenciais para preservação do caixa e reforço de liquidez. Estas medidas incluíram contingenciamentos adicionais de despesas e de capex além da proposta de postergação de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos para até dezembro de 2020. O pagamento de dividendos foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2020 de forma diversa da proposta original apresentada pela Administração (Nota 30). Adicionalmente, a despeito de já terem sido feitas ao longo do primeiro trimestre todas as captações necessárias para a rolagem da dívida quitada em abril, julgamos adequado adicionarmos no segundo trimestre cerca de R$ 1.500 à posição de caixa (nota 13), não como parte de nosso contínuo “liability management”, mas como um reforço adicional de liquidez de caráter precaucional, em face da crise, o que concluímos no mês de abril.

Efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias

O contexto da pandemia trouxe ainda desafios adicionais em função de seus impactos nas condições de liquidez de curto prazo de parte de nossos clientes. Implementamos neste período diversas medidas com vistas a também fortalecê-los, através da postergação de cobrança de aluguéis em postos próprios, suspensão temporária de pagamento de royalties e fundo marketing, condições favoráveis para antecipação de recebíveis, entre diversas outras medidas. Além disso, avaliamos individualmente a situação de cada cliente e renegociamos condições comerciais e de pagamentos de maneira a adequá-las ao contexto do mercado.

Especificamente com relação ao segmento de aviação, e imediatamente após o agravamento da crise e da redução significativa das operações das principais Companhias aéreas e diante do aumento no risco de crédito da carteira de recebíveis deste segmento, a Companhia elevou as perdas esperadas em relação ao 4º trimestre de 2019 para este grupo de clientes (nota 28.4).

Adicionalmente, a entrada em recuperação judicial de importante cliente no segmento de aviação resultou no aumento das perdas de crédito esperadas no 2º trimestre de 2020.

A Administração entende que os ativos fiscais diferidos e os ativos de longo prazo são recuperáveis economicamente e, portanto, não há necessidade de reconhecer provisões adicionais para perdas de ativos não financeiros. Também não há efeitos materiais adversos nas operações da Companhia que ponham em dúvida o pressuposto de sua continuidade operacional.

Seguimos acompanhando de perto a evolução da demanda e as dinâmicas próprias de cada mercado, bem como nos adaptando às possíveis novas tendências nos hábitos de consumo.

A Companhia manterá os investidores, acionistas, mercado e todas as partes interessadas informados acerca de futuros desenvolvimentos e impactos da pandemia de COVID-19 sobre suas operações e negócios.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária), e com o IAS 34 - Demonstração Intermediária emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis intermediárias individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária).

Essas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas. Portanto, tais demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11 de agosto de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de

resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar essas demonstrações contábeis intermediárias, a administração fez julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Os julgamentos significativos feitos pela administração na aplicação das políticas contábeis e as principais fontes de incerteza de estimativa foram as mesmas aplicadas e evidenciadas na nota 3 das demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

4 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

4.1 Operações de hedge de commodities

Ao longo de 2020, se combinaram a grande relevância das importações nas operações da Companhia com as fortes quedas observadas nos preços das commodities no mercado externo, provocadas pelo desbalanço entre oferta e demanda, intensificado pelos efeitos da pandemia do COVID19 nos níveis globais de consumo. Diante dessa combinação, passaram a adquirir maior relevância as operações de hedge no resultado da Companhia.

Tais operações em essência observam um modelo de negócios voltado à proteção das margens operacionais, sem qualquer caráter especulativo, caracterizando assim um hedge econômico que visa reduzir os riscos atribuídos a volatilidade nos preços das commodities (proteção econômica da exposição), sem considerar eventual impacto de descasamento contábil nas demonstrações financeiras.

Consequentemente, o resultado dessas operações é apresentado dentro do grupo de Outras Receitas (Despesas), líquidas (nota 22). Os saldos de 2019 de despesa de R$21 (Consolidado e Controladora) foram reclassificados de Resultado Financeiro para Outras Receitas (Despesas), líquidas, para uma melhor comparabilidade, com consequente impacto na apresentação da Demonstração do Valor Adicionado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Caixa e bancos	113	239	113	238
Aplicações financeiras				
No pais	5.113	2.010	4.910	1.763
No exterior	81	113	81	113
Total	**5.307**	**2.362**	**5.104**	**2.114**

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados predominantemente em títulos públicos federais brasileiros, e a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de

bancos de primeira linha. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior referem-se a aplicações de recurso no *Overnight*.

A Companhia reforçou sua posição financeira concluindo no período negociações referentes a captações de recursos (nota 13.1).

6 Contas a receber, líquido

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Partes relacionadas (nota 29)				
Setor elétrico - Sistema isolado	421	632	421	632
Clientes governo federal	81	93	81	93
Empresas da Companhia e do Sistema Petrobras	220	216	559	500
Total partes relacionadas	**722**	**941**	**1.061**	**1.225**
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber	5.768	6.390	5.552	6.217
Setor elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 6.2)	1.003	1.020	1.003	1.020
Total terceiros	**6.771**	**7.410**	**6.555**	**7.237**
Total das contas a receber (nota 6.1)	**7.493**	**8.351**	**7.616**	**8.462**
Recebíveis de contratos com clientes	5.840	7.061	5.624	6.889
Outras contas a receber	1.653	1.290	1.992	1.573
Precatórios	23	23	23	23
Arrendamentos a receber (nota 14)	18	20	18	20
Adiantamentos	-	-	339	283
Recebíveis por desinvestimentos	25	-	25	-
Financiamentos a receber	1.587	1.247	1.587	1.247
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(3.339)	(3.259)	(3.271)	(3.200)
Partes relacionadas	(43)	(25)	(43)	(25)
Total das perdas de crédito esperadas	**(3.382)**	**(3.284)**	**(3.314)**	**(3.225)**
Contas a receber - líquidas	**4.111**	**5.067**	**4.302**	**5.237**
Contas a receber (circulante), líquidas	3.696	4.475	3.891	4.649
Contas a receber (não circulante), líquidas	415	592	411	588

	Consolidado		Controladora	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
Mutação das perdas de crédito esperadas	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	**(3.284)**	**(3.371)**	**(3.225)**	**(3.307)**
(Adições)/Reversões, líquidas	(106)	(36)	(97)	(34)
Baixas (*)	8	154	8	154
Saldo final	**(3.382)**	**(3.253)**	**(3.314)**	**(3.187)**
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.391)	(2.261)	(2.330)	(2.203)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(991)	(992)	(984)	(984)

(*) Em 2019, houve o desreconhecimento do contas a receber, pelo acordo celebrado junto ao Grupo Bolognesi no montante de R$ 139, sem impacto no resultado.

As adições, baixas e reversões das perdas de créditos esperadas foram reconhecidas nas despesas de vendas (nota 23).

A Companhia apresenta R$ 3.168 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e R$ 3.089 na controladora (R$ 3.148 no consolidado e R$ 3.073 na controladora em 31 de dezembro de 2019). A Companhia efetuou provisão para a totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

6.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado					
	30.06.2020			31.12.2019		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas
Vencidos						
Até 3 meses	120	41	79	179	28	151
De 3 a 6 meses	72	7	65	49	18	31
De 6 a 12 meses	83	37	46	59	29	30
Acima de 12 meses	3.336	3.204	132	3.337	3.188	149
Total	**3.611**	**3.289**	**322**	**3.624**	**3.263**	**361**
A vencer	3.882	93	3.789	4.727	21	4.706
Total	**7.493**	**3.382**	**4.111**	**8.351**	**3.284**	**5.067**

	Controladora					
	30.06.2020			31.12.2019		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas
Vencidos						
Até 3 meses	108	40	68	167	26	141
De 3 a 6 meses	69	6	63	48	18	30
De 6 a 12 meses	81	36	45	57	27	30
Acima de 12 meses	3.276	3.145	131	3.276	3.135	141
Total	**3.534**	**3.227**	**307**	**3.548**	**3.206**	**342**
A vencer	4.082	87	3.995	4.914	19	4.895
Total	**7.616**	**3.314**	**4.302**	**8.462**	**3.225**	**5.237**

6.2 Composição - Setor elétrico (Sistema isolado)

	A vencer	Vencido	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das Perdas de crédito esperadas
Sistema Eletrobras					
Eletrobras	417	-	417	-	417
Outros	-	2	2	(2)	-
	417	**2**	**419**	**(2)**	**417**
Sistema Petrobras	**1**	**1**	**2**	-	**2**
Terceiros					
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	-	826	826	(826)	-
Rio Amazonas Energia S/A	-	103	103	(103)	-
Cia Energética de Roraima	-	47	47	(47)	-
Outros	20	7	27	(7)	20
	20	**983**	**1.003**	**(983)**	**20**
Saldo em 30 de junho de 2020	**438**	**986**	**1.424**	**(985)**	**439**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**667**	**985**	**1.652**	**(985)**	**667**

6.3 Movimentação das contas a receber de clientes - Setor elétrico (Sistema isolado – Sistema Eletrobras e Terceiros)

	Fornecimento corrente	CCD 2014 e 2013	CCD 2018	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14	94	1.010	1.118
Faturamento	336	-	-	336
Recebimento	(327)	(19)	(2.676)	(3.022)
Atualização monetária	-	5	56	61
Reversão de perdas de crédito esperadas	15	3	1	19
Recuperação de créditos	-	-	2.154	2.154
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**38**	**83**	**545**	**666**
Faturamento	180	-	-	180
Recebimento	(197)	(8)	(217)	(422)
Atualização monetária	-	1	12	13
Saldo em 30 de junho de 2020	**21**	**76**	**340**	**437**

7 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	302	452	302	452
Óleo diesel	751	1.265	751	1.265
Óleo combustível	207	242	207	242
Querosene de Aviação	152	218	152	218
Lubrificantes	150	158	150	158
Outros	107	151	104	147
Biocombustíveis	463	663	463	663
	2.132	3.149	2.129	3.145
Outros produtos	215	263	192	245
Total	**2.347**	**3.412**	**2.321**	**3.390**

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 30 de junho de 2020.

A Companhia possui estoques dados em garantia conforme nota 26.1.2.

8 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

31.12.2018	Adições	Baixa / apropriação	31.12.2019	Adições	Baixa / apropriação	30.06.2020
2.058	991	(519)	2.530	207	(317)	2.420

Circulante	**604**	**601**
Não circulante	**1.926**	**1.819**

9 Investimentos

9.1 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	31.12.2019	Adição	Redução de capital social	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	30.06.2020	Percentual de participação no capital votante - %
Controladas							
Stratura (c)	222	-	(7)	2	(1)	216	100,00%
FII	9	-	-	21	(4)	26	99,01%
Operação em conjunto							
Brasil Carbonos (a)	78	-	-	6	(12)	72	49,00%
Empreendimentos controlados em conjunto							
Camaçari Muricy II	1	1	-	-	-	2	50,00%
Pecém Energia	1	-	-	-	-	1	45,00%
Gas ES (b)	2	-	-	(1)	-	1	49,00%
Navegantes	22	-	-	-	-	22	33,33%
Nordeste I	1	-	-	-	-	1	33,33%
Nordeste II	4	-	-	-	-	4	33,33%
Nordeste III	5	-	-	-	-	5	33,33%
Coligada							
BRF Biorefinos	11	-	-	-	-	11	49,00%
Total	**356**	**1**	**(7)**	**28**	**(17)**	**361**	

(a) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R$ 28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em 30 de junho de 2020, o saldo de R$ 19 (R$20 em 31 de dezembro de 2019) está classificado no imobilizado, no Consolidado.

(b) 60,07% de participação no capital total.

(c) Redução de capital da Stratura tendo como contrapartida o recebimento de bens pela Companhia.

10 Imobilizado

	Consolidado							
					Direitos de uso			
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**313**	**3.764**	**5.168**	**837**	**65**	**20**	**33**	**10.200**
Adoção inicial CPC 06 (R2) - IFRS 16	-	-	-	-	330	441	-	771
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**313**	**3.764**	**5.168**	**837**	**395**	**461**	**33**	**10.971**
Adições	-	1	141	370	77	25	12	626
Baixas	(1)	(2)	(115)	(1)	-	-	-	(119)
Transferências	68	80	217	(262)	(65)	(11)	(30)	(3)
Juros capitalizados	-	-	-	9	-	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**380**	**3.843**	**5.411**	**953**	**407**	**475**	**15**	**11.484**
Adições	-	1	41	133	24	3	1	203
Baixas	-	-	(22)	-	(13)	-	-	(35)
Transferências	-	31	43	(64)	-	-	-	10
Juros capitalizados	-	-	-	4	-	-	-	4
Saldo em 30 de junho de 2020	**380**	**3.875**	**5.473**	**1.026**	**418**	**478**	**16**	**11.666**
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**-**	**(1.230)**	**(3.146)**	**-**	**-**	**(12)**	**(15)**	**(4.403)**
Depreciação	-	(129)	(245)	-	(69)	(42)	(3)	(488)
Baixas	-	1	107	-	-	-	-	108
Transferências	-	(4)	(13)	-	-	5	14	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(1.362)**	**(3.297)**	**-**	**(69)**	**(49)**	**(4)**	**(4.781)**
Depreciação	-	(66)	(124)	-	(37)	(21)	(1)	(249)
Baixas	-	-	18	-	3	-	-	21
Transferências	-	(1)	(5)	-	-	-	-	(6)
Saldo em 30 de junho de 2020	**-**	**(1.429)**	**(3.408)**	**-**	**(103)**	**(70)**	**(5)**	**(5.015)**
Saldo do imobilizado								
Em 31 de dezembro de 2019	**380**	**2.481**	**2.114**	**953**	**338**	**426**	**11**	**6.703**
Em 30 de junho de 2020	**380**	**2.446**	**2.065**	**1.026**	**315**	**408**	**11**	**6.651**

	Controladora							
					Direitos de uso			
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**307**	**3.380**	**5.080**	**438**	**66**	**338**	**33**	**9.642**
Adoção inicial CPC 06 (R2) - IFRS 16	-	-	-	-	406	441	-	847
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**307**	**3.380**	**5.080**	**438**	**472**	**779**	**33**	**10.489**
Adições	-	1	140	334	81	25	12	593
Baixas	(1)	(1)	(113)	(1)	-	-	-	(116)
Transferências	67	82	217	(261)	(64)	(10)	(29)	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**373**	**3.462**	**5.324**	**510**	**489**	**794**	**16**	**10.968**
Adições	-	-	41	104	24	3	1	173
Baixas	-	-	(21)	-	(13)	-	-	(34)
Transferências	-	37	44	(65)	-	-	-	16
Saldo em 30 de junho de 2020	**373**	**3.499**	**5.388**	**549**	**500**	**797**	**17**	**11.123**
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**-**	**(1.182)**	**(3.105)**	**-**	**-**	**(48)**	**(14)**	**(4.349)**
Depreciação	-	(121)	(242)	-	(76)	(49)	(3)	(491)
Baixas	-	1	104	-	-	-	-	105
Transferências	-	(4)	(15)	-	-	5	14	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(1.306)**	**(3.258)**	**-**	**(76)**	**(92)**	**(3)**	**(4.735)**
Depreciação	-	(62)	(123)	-	(41)	(25)	(1)	(252)
Baixas	-	-	17	-	3	-	-	20
Transferências	-	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Saldo em 30 de junho de 2020	**-**	**(1.368)**	**(3.367)**	**-**	**(114)**	**(117)**	**(4)**	**(4.970)**
Saldo do imobilizado								
Em 31 de dezembro de 2019	**373**	**2.156**	**2.066**	**510**	**413**	**702**	**13**	**6.233**
Em 30 de junho de 2020	**373**	**2.131**	**2.021**	**549**	**386**	**680**	**13**	**6.153**

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

Os ativos de direito de uso incluem, principalmente, terrenos utilizados como postos de combustíveis, unidades administrativas e edificações. As informações referentes aos passivos de arrendamentos encontram-se na nota 14.

A Companhia possui imobilizados dados em garantia conforme nota 26.1.2.

11 Intangível

	Consolidado			
Custo do intangível	**Direitos e Concessões**	**Softwares (a)**	**Goodwill (b)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**377**	**482**	**29**	**888**
Adições (c)	10	73	-	83
Transferências	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**388**	**555**	**29**	**972**
Adições (c)	6	42	-	48
Transferências	(1)	-	-	(1)
Saldo em 30 de junho de 2020	**393**	**597**	**29**	**1.019**
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(104)**	**(308)**	**-**	**(412)**
Amortização	(12)	(28)	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(116)**	**(336)**	**-**	**(452)**
Amortização	(6)	(16)	-	(22)
Transferências	2	-	-	2
Saldo em 30 de junho de 2020	**(120)**	**(352)**	**-**	**(472)**
Saldo do intangível				
Em 31 de dezembro de 2019	**272**	**219**	**29**	**520**
Em 30 de junho de 2020	**273**	**245**	**29**	**547**

	Controladora			
Custo do intangível	Direitos e Concessões	Softwares (a)	Goodwill (b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**372**	**482**	**29**	**883**
Adições (c)	10	72	-	82
Transferências	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**383**	**554**	**29**	**966**
Adições (c)	6	42	-	48
Saldo em 30 de junho de 2020	**389**	**596**	**29**	**1.014**
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(101)**	**(308)**	**-**	**(409)**
Amortização	(12)	(28)	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(113)**	**(336)**	**-**	**(449)**
Amortização	(6)	(15)	-	(21)
Saldo em 30 de junho de 2020	**(119)**	**(351)**	**-**	**(470)**
Saldo do intangível				
Em 31 de dezembro de 2019	**270**	**218**	**29**	**517**
Em 30 de junho de 2020	**270**	**245**	**29**	**544**

(a) A Companhia apresenta saldo de R$ 110 de *software* em desenvolvimento (R$ 83 em 31 de dezembro de 2019).
(b) *Goodwill* de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012, entretanto a operação relacionada a este ágio permaneceu na Companhia.
(c) Do total de R$42 de adições de *softwares* (R$ 73 em 31 de dezembro de 2019), R$ 18 correspondem a desenvolvimento interno (R$ 22 em 31 de dezembro de 2019).

11.1 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia tem assinado com o Governo do Estado do Espírito Santo contrato de concessão para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado, conforme informações apresentadas na nota 12.1 das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Em 22 de julho de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Constituição da Companhia de Gás do Espírito Santo (“ES Gás”), sociedade de economia mista entre o estado do Espírito Santo e a Companhia. A empresa ES GÁS, que sucederá a Companhia no exercício de Concessão, encontra-se em fase pré-operacional em 30 de junho de 2020 e iniciará suas operações em 01 de agosto de 2020 (nota 30).

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 30 de junho de 2020 é de R$ 267 (R$ 267 em 31 de dezembro de 2019).

12 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Fornecedores				
No país	989	1.676	996	1.700
No exterior	324	631	324	631
Total	**1.313**	**2.307**	**1.320**	**2.331**

O saldo de Fornecedores no país está composto, principalmente, de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e contratação de serviços (inclusive fretes) e o saldo de Fornecedores no exterior representa, principalmente, a importação de óleo diesel e gasolina.

A variação no período refere-se, principalmente, à redução no volume de compras de derivados de petróleo e etanol, associado ao menor custo de aquisição destes produtos.

13 Financiamentos

	Moeda contratual	Indexadores e taxas de juros contratuais	Vencimento	Consolidado		Controladora	
				30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Banco Rendimento	R$	CDI+0,60% a.m.	jan-21	31	30	-	-
Banco IBM	R$	CDI - 0,37% a.a.	set-20	9	19	9	19
Banco Itaú - Debêntures	R$	CDI + 0,89% a.a.	abr-25	756	3.557	756	3.557
CRI 73 (*)	R$	IPCA + 6,84% a.a.	fev-23	233	309	-	-
CRI 99 (*)	R$	IPCA + 4,09% a.a.	fev-25	175	208	-	-
CRI 100 (*)	R$	IPCA + 4,98% a.a.	fev-32	318	344	-	-
CRA - 9ª Série (**)	R$	98% do CDI a.a.	jul-22	483	487	483	487
CRA - 10ª série (**)	R$	100% do CDI a.a.	jul-24	204	206	204	206
CRA - 11ª série (**)	R$	IPCA + 5,59% a.a.	jul-25	306	294	306	294
NCE Santander	R$	CDI + 0,85% a.a.	nov-20	513	503	513	503
NCE Santander	R$	CDI + 4,50% a.a.	mar-21	204	-	204	-
NCE Santander	R$	CDI + 4,65% a.a.	mar-21	82	-	82	-
NCE Itaú	R$	CDI + 4,05% a.a.	mar-21	204	-	204	-
CCB itaú	R$	CDI + 4,00% a.a.	abr-21	1.015	-	1.015	-
NCE Santander	R$	CDI + 3,85% a.a.	abr-21	305		305	
Bank of China	R$	CDI + 2,50% a.a.	abr-22	86	-	86	-
Total no país				**4.924**	**5.957**	**4.167**	**5.066**
NCE Citibank	US$	Libor + 0,94% a.a.	fev-25	1.097	-	1.097	-
NCE MUFG	US$	2,08% a.a. até 2021 e 2,18% a.a até 2025	mar-25	369	-	369	-
Loan 4131 JP Morgan	US$	Libor + 0,7% a.a.	mar-22	342	-	342	-
Loan 4131 JP Morgan	US$	Libor + 0,7% a.a.	mar-23	342	-	342	-
Loan 4131 Scotiabank	US$	2,1866% a.a.	mar-25	1.225	-	1.225	-
NCE MUFG	Ienes	2,08%a.a	abr-21	125	-	125	-
Total no exterior (***)				**3.500**	-	**3.500**	-
Total de financiamentos				**8.424**	**5.957**	**7.667**	**5.066**
Circulante				2.629	4.254	2.502	4.104
Não circulante				5.795	1.703	5.165	962

(*) Certificados de Recebíveis Imobiliários
(**) Debêntures – Certificado de Recebíveis do Agronegócio
(***) Todas as operações de empréstimos em moeda estrangeira (NCE e empréstimos diretos) foram integralmente hedgeadas tanto em valor quanto em vencimentos por meio de contratos de swap celebrados com as respectivas contrapartes (Nota 28.2.1.1). Os valores apresentados não estão líquidos de seus derivativos.

Prorrogação e quitação de parte das debêntures

Em abril de 2020, a Companhia concluiu as aprovações referentes ao aditamento da Escritura das Debêntures da Primeira emissão da Companhia com vencimento em 15/04/2020, deliberado em AGD realizada em 28/02/2020, com o objetivo de prorrogar o vencimento de uma parte do valor principal para 15/04/2025 e alterar a fórmula de cálculo dos juros remuneratórios. Com isso, em 15/04/2020 dos R$ 3.518 do valor principal das Debêntures, a Companhia quitou R$ 2.768 no vencimento e R$ 750 foram renegociados e reclassificados para o passivo não circulante. Os juros remuneratórios da operação foram alterados de 111,57% a.a. do CDI para CDI + 0,89% a.a., a partir de 15/04/2020 e somente para o valor do principal que foi renegociado.

13.1 Movimentação

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)	Total	Total
No país				
Saldo inicial em 1° de janeiro de 2019	**41**	**5.483**	**5.524**	**4.580**
Adição (entrada de novos empréstimos)	530	-	530	500
Provisionamento de juros	6	293	299	298
Amortização de principal	(15)	(107)	(122)	(10)
Amortização de juros	(11)	(350)	(361)	(308)
Variações monetárias	-	87	87	6
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	**551**	**5.406**	**5.957**	**5.066**
Adição (entrada de novos empréstimos)	1.865	-	1.865	1.865
Provisionamento de juros	42	75	117	115
Amortização de principal	(5)	(2.886)	(2.891)	(2.773)
Amortização de juros	(4)	(151)	(155)	(109)
Variações monetárias	-	31	31	3
Total no país	**2.449**	**2.475**	**4.924**	**4.167**
No exterior				
Saldo inicial em 1° de janeiro de 2020	-	-	-	-
Adição (entrada de novos empréstimos)	2.848	-	2.848	2.848
Provisionamento de juros	21	-	21	21
Amortização de juros	(10)	-	(10)	(10)
Variação cambial	641	-	641	641
Total no exterior	**3.500**	-	**3.500**	**3.500**
Saldo final em 30 de junho de 2020	**5.949**	**2.475**	**8.424**	**7.667**

13.1.1 Conciliação dos financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019
Saldo inicial	**5.957**	**5.524**
Fluxo de caixa		
Captações	4.713	-
Amortizações de principal	(2.891)	(115)
Amortizações de juros	(165)	(198)
Alterações não caixa		
Juros / Variação monetária	169	201
Variação cambial	641	-
Saldo final	**8.424**	**5.412**

13.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

							Consolidado		Controladora
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total	Total
Financiamentos País:	**603**	**1.891**	**664**	**108**	**316**	**1.092**	**250**	**4.924**	**4.167**
Indexados a taxas flutuantes	603	1.891	664	108	316	1.092	250	4.924	4.167
Financiamentos Exterior (*):	**11**	**125**	**447**	**885**	**543**	**1.489**	**-**	**3.500**	**3.500**
Indexados a taxas flutuantes	2	-	361	799	457	446	-	2.065	2.065
Indexados a taxas fixas	9	125	86	86	86	1.043	-	1.435	1.435
Total em 30 de junho de 2020	**614**	**2.016**	**1.111**	**993**	**859**	**2.581**	**250**	**8.424**	**7.667**

(*) As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram integralmente hedgeadas tanto em valor quanto em vencimentos por meio de operações de swap (nota 28.2.2.1). Os valores apresentados não estão líquidos de seus derivativos.

Os valores justos dos financiamentos país são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas dos indexadores (ou proxies) dos respectivos financiamentos e pelo risco de crédito da Companhia (Nível 2). Os financiamentos feitos em moeda estrangeira são calculados utilizando uma projeção do câmbio para cada vencimento e os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas do indexador DI e pelo risco de crédito da Companhia (Nível 2).

O valor justo dos financiamentos país em 30 de junho de 2020 é de R$ 5.122 (R$ 4.146 na Controladora) e dos financiamentos exterior é de R$ 3.239 (Consolidado e Controladora).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 28.2.2.1.

13.3 Custos de transação

Os custos de transações incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. O valor apropriado em 2020 e os saldos a apropriar nos próximos exercícios estão apresentados a seguir:

	31.12.2019	Custos incorridos	Amortizações	30.06.2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Debêntures	(1)	(1)	1	(1)	-	-	-	1	1
CRA (*)	(12)	-	1	(11)	4	4	1	2	11
	(13)	**(1)**	**2**	**(12)**	**4**	**4**	**1**	**3**	**12**

(*) Debêntures – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

13.4 Obrigações contratuais (*covenants*)

A Companhia possui obrigações contratuais (não financeiras) relacionadas aos contratos de financiamento, que foram plenamente atendidas em 30 de junho de 2020, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis em prazos acordados com as instituições; não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; e outras cláusulas.

14 Arrendamentos

A Companhia é arrendatária em diversos contratos, com naturezas distintas, cujas principais operações dizem respeito a arrendamentos de terrenos para postos de combustíveis, bases de distribuição de combustíveis, unidades administrativas e edificações. Parte desses arrendamentos são celebrados com a controlada FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda. Adicionalmente, a Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos aos clientes Suzano Papel S.A. e Fiat Automóveis Ltda.

Os ativos de direitos de uso decorrente das operações de arrendamentos estão demonstrados na nota 10.

A seguir estão apresentados os fluxos de recebimentos e pagamentos dos arrendamentos:

	Consolidado						Controladora	
	Recebimentos			Pagamentos			Recebimentos	Pagamentos
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente	Valor presente
2020	3	(2)	1	80	(30)	50	3	55
2021	8	(2)	6	160	(60)	100	4	205
2022	7	(3)	4	143	(60)	83	4	123
2023	7	(3)	4	123	(55)	68	4	110
2024	3	(1)	2	97	(49)	48	2	91
2025 em diante	2	(1)	1	640	(193)	447	1	704
Em 30 de Junho de 2020	**30**	**(12)**	**18**	**1.243**	**(447)**	**796**	**18**	**1.288**
Circulante			4			103	4	208
Não circulante			14			693	14	1.080
Em 30 de Junho de 2020			**18**			**796**	**18**	**1.288**
Circulante			4			87	4	199
Não circulante			16			731	16	1.187
Em 31 de dezembro de 2019			**20**			**818**	**20**	**1.386**

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R$ 49 e R$ 16, respectivamente (Consolidado e Controladora). Os pagamentos de parcelas variáveis representam 6% no Consolidado e 4% na Controladora em relação aos pagamentos fixos realizados.

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

Consolidado						
2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025 em diante**	**Total**
38	35	34	80	29	807	**1.023**

14.1 Taxas nominais médias de desconto

Prazos contratuais	Até 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos
Taxa média de desconto (% a.a.)	7,91%	10,20%	10,07%	9,88%	8,29%

14.2 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação

	Consolidado	
	30.06.2020	
	Fuxo de caixa nominal	Fluxo a valor presente
Contraprestação	784	365
PIS/COFINS	72	37

14.3 Movimentação

	Consolidado	Controladora
	Total	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	**48**	**563**
Adoção inicial IFRS 16	771	847
Saldo inicial em 1° de janeiro de 2019	**819**	**1.410**
Adições (entrada de novos contratos)	104	110
Adições/baixas por tranferência	2	3
Provisionamento de juros	78	137
Pagamento de principal e juros	(187)	(305)
Variações monetárias	2	31
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	**818**	**1.386**
Adições (entrada de novos contratos)	29	28
Adições/baixas por tranferência	(11)	(11)
Provisionamento de juros	35	66
Pagamento de principal e juros	(75)	(190)
Variações monetárias	-	9
Saldo final em 30 de junho de 2020	**796**	**1.288**

14.4 Conciliação dos arrendamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019
Saldo inicial	**818**	**48**
Adoção inicial IFRS 16	-	771
Pagamento de principal	(40)	(38)
Pagamento de juros	(35)	(39)
Alterações não caixa		
Aquisições de direito de uso	29	40
Juros / Variação monetária	35	40
Baixas por tranferência	(11)	(79)
Saldo final	**796**	**743**

14.5 Ofício Circular/CVM/SEP/n°2/2019

O Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2019 determina a apresentação dos saldos de passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e depreciação com base no fluxo de caixa descontado, incluindo a projeção de inflação futura, diferentemente do que preconiza o CPC 06 (R2), cujo cálculo é feito considerando fluxo de caixa não inflacionado. Assim sendo, segue quadro comparativo com ambas mensurações para atendimento ao Ofício CVM, que busca resguardar a fidedignidade destes valores aos investidores.

	Consolidado	
	30.06.2020	
	CPC 06 (R2)	Ofício CVM
Passivo de Arrendamento (*)	778	943
Direito de uso	735	851
Despesa Financeira	16	23
Depreciação	30	33

(*) Referem-se aos contratos impactados pela revisão do IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento financeiro não estão sendo considerados nesta apresentação.

15 Adiantamentos de clientes

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Fundos de *marketing* (a)	112	113	112	113
Adiantamentos de clientes (nota 21.2)	285	161	279	155
Outros	12	11	12	11
Total	**409**	**285**	**403**	**279**

(a) Adiantamentos recebidos de clientes conveniados, tais como revendedores, franqueados e parceiros comerciais, para uso em ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

16 Tributos

16.1 Impostos e contribuições

	Consolidado						
	Ativo				Passivo		
	30.06.2020				30.06.2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	31.12.2019	Circulante	Total	31.12.2019
ICMS	877	565	1.442	1.425	102	102	186
IPI	6	-	6	9	-	-	-
PIS / COFINS	542	20	562	29	147	147	71
IR e CSLL retidos na fonte	-	-	-	-	9	9	30
Outros impostos	104	3	107	50	26	26	28
Total	**1.529**	**588**	**2.117**	**1.513**	**284**	**284**	**315**

A ação judicial da Companhia para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos, transitou em julgado em junho de 2020 em sentido favorável, determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições. Os valores apurados e reconhecidos no resultado da Companhia foram de R$526, sendo R$376 de principal (nota 22) e R$ 150 referentes à atualização monetária pela SELIC (nota 24).

A Companhia tem expectativa de recebimento e/ou compensação dos valores apresentados.

16.2 Programas de Anistias Estaduais

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistia.

			30.06.2020		
Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
MS	Lei 5.457 de 18/12/2019	Redução de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o total das multas punitivas ou moratórias, e de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora correspondentes.	55	38	17
Total			**55**	**38**	**17**

			2019		
Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
MT	Lei nº 10.977/19 e do Decreto nº 216/19	Remissão de 75% incidente sobre o total dos juros, da multa moratória e da penalidade decorrente do descumprimento e/ou inadimplemento de obrigação principal e de 75% do valor total da penalidade decorrente do descumprimento de obrigação acessória	11	5	6
Outras anistias			1	-	1
Total			**12**	**5**	**7**

16.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

	Consolidado							Controladora
		Reconhecido no			Reconhecido no			
Origem do registro dos impostos diferidos	31.12.2018	Resultado	Patrimônio Líquido	31.12.2019	Resultado	Patrimônio Líquido	30.06.2020	30.06.2020
Contas a receber	75	(37)	-	38	(8)	-	30	13
Bonificações antecipadas	727	98	-	825	57	-	882	882
Imobilizado	(36)	(43)	-	(79)	(16)	-	(95)	(91)
Arrendamentos	(72)	(1)	-	(73)	(15)	-	(88)	(88)
PIDV (*)	28	(27)	-	1	(1)	-	-	-
Processos judiciais	340	13	-	353	(24)	-	329	329
Benefício Pós Emprego	801	(43)	120	878	15	(189)	704	703
Prejuízos fiscais	1	(1)	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	(123)	(13)	-	(136)	(8)	-	(144)	(144)
Hedge	24	15	-	39	(33)	-	6	6
Participações nos lucros ou resultados	23	(23)	-	-	-	-	-	-
Outros	75	(16)	-	59	(10)	-	49	47
Total	**1.863**	**(78)**	**120**	**1.905**	**(43)**	**(189)**	**1.673**	**1.657**
Imposto de renda diferido	1.369			1.401			1.230	1.218
Contribuição social diferida	494			504			443	439
Impostos diferidos ativos	2.398			2.357			2.169	2.150
Impostos diferidos passivos	(535)			(452)			(496)	(493)

(*) Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido antes dos impostos	736	1.249	734	1.253
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(250)	(425)	(249)	(426)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
• (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	(25)	(12)	(17)	(10)
• Incentivos fiscais	3	8	3	8
• Despesas com benefício pós emprego de saúde A.M.S.	(42)	(46)	(42)	(46)
• Outros itens	-	5	(7)	-
Imposto de renda e contribuição social	**(314)**	**(470)**	**(312)**	**(474)**
IR e CSLL correntes	(271)	(351)	(268)	(351)
IR e CSLL diferidos	(43)	(119)	(44)	(123)
	(314)	**(470)**	**(312)**	**(474)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	42,7%	37,6%	42,5%	37,8%

17 Salário, férias, encargos, prêmios e participações

Os saldos relativos aos principais benefícios de curto prazo, concedidos aos empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Provisão de férias	79	104	78	103
Salários, encargos e outras provisões	51	96	50	95
Abono por repactuação salarial	25	55	25	55
Prêmio por desempenho	55	53	55	53
Participação nos lucros ou resultados	1	1	-	-
Total	**211**	**309**	**208**	**306**

17.1 Abono por repactuação salarial

Em 30 de junho de 2020, a Companhia provisionou o valor de R$ 21 para pagamento de abono em função da implantação de novos cargos e salários, decorrente de redução salarial, realizada por meio de negociação individual, conforme previsto no artigo 444 da CLT (R$ 55 em dezembro de 2019). Estes valores deverão ser pagos em 2021 e dependem do atingimento de metas.

17.2 Prêmio por desempenho

17.2.1 Pagamento de prêmios a empregados

Em dezembro de 2019, a Companhia provisionou, com base na melhor estimativa, o montante de R$ 49 para pagamento de prêmio por desempenho aos empregados referente ao exercício de 2019.

Até 30 de junho de 2020, a Companhia não havia deliberado sobre a premiação para empregados referente ao exercício de 2020, já havendo definido para os líderes (gerentes, coordenadores e superintendentes) os múltiplos de incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo (target). Assim sendo, até 30 de junho a Companhia não reconheceu nenhuma provisão referente ao exercício de 2020.

17.2.2 Pagamento de prêmio aos membros da Diretoria Executiva

Em dezembro de 2019, a Companhia provisionou o montante de R$ 3 como prêmio aos membros da Diretoria Executiva, a ser pago com base no percentual aferido de cumprimento das metas dos indicadores corporativos e de unidade de negócios. O valor provisionado se refere ao pagamento da parcela à vista do programa (60%), a ocorrer em 2020. O valor restante (40%) deverá ser pago em quatro parcelas diferidas nos anos posteriores (2021 a 2024).

Até 30 de junho de 2020, a Companhia não havia deliberado sobre a premiação para os membros da Diretoria Executiva. Assim sendo, a Companhia não reconheceu nenhuma provisão referente ao exercício de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020 foram aprovados os novos programas de remuneração variável dos executivos da Companhia: o Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações, e o Plano de Ações Restritivas – Programa de Matching Shares (nota 30).

18 Planos de desligamento

18.1 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV

A movimentação da provisão em 2020 está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	**83**
Desistências	(38)
Indenizações retidas	3
Atualização / ajustes	(3)
Utilização por desligamento	(60)
Complemento Provisão PIDV BR 2018	17
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2**
Utilização por desligamento	(2)
Saldo em 30 de junho de 2020	**-**

18.2 Programa de Desligamento Optativo – PDO

A Companhia implementou um programa de desligamento optativo (PDO) em novembro de 2019.

O PDO BR 2019 encerrou em 12 de maio de 2020 com um total de 907 desligamentos.

18.3 Reestruturação da Companhia

Em 2019, em virtude da reestruturação da Companhia, a estrutura organizacional foi reduzida em aproximadamente 140 posições de gestão. Os desligamentos decorrentes dessa reestruturação não estão contemplados nos programas citados nos itens 18.1 e 18.2 acima, por não serem voluntários ou optativos. Para tal, foi reconhecido um contas a pagar no valor de R$ 91, tendo sido pago o valor de R$ 64 em dezembro de 2019, restando um saldo a pagar de R$ 3 em 30 de junho de 2020.

19 Benefícios concedidos a empregados

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Obrigações atuariais				
Plano de pensão Petros Repactuado	1.192	1.764	1.192	1.764
Plano de pensão Petros Não Repactuado	493	576	493	576
Plano de pensão Petros II	4	18	-	15
Planos de saúde AMS	2.675	2.850	2.675	2.850
Outros Planos	2	3	-	-
Total	**4.366**	**5.211**	**4.360**	**5.205**
Termo de compromisso financeiro				
Plano de pensão Petros Repactuado	111	-	111	-
Plano de pensão Petros Não Repactuado	42	-	42	-
Total	**153**	-	**153**	-
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	**4.519**	**5.211**	**4.513**	**5.205**
Circulante	210	192	210	192
Não circulante	4.309	5.019	4.303	5.013

A movimentação dos benefícios concedidos a empregados está representada a seguir:

	Consolidado					
	Planos de Pensão					
	Petros Repactuado	Petros Não Repactuado	Petros 2	Outros	Plano de saúde - AMS	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2019	1.575	694	70	1	2.569	4.909
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	495	(79)	(63)	-	109	462
(+) Custo do serviço	18	3	7	-	39	67
(-) Pagamento de contribuições	(446)	(97)	-	-	(98)	(641)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	122	55	6	-	231	414
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.764**	**576**	**20**	**1**	**2.850**	**5.211**
(+) Custos/(reversões) incorridos no período	(28)	(15)	2	1	123	83
(-) Pagamento de contribuições	(11)	(5)	-	-	(40)	(56)
(-) Equacionamento De Déficit - Plano Petros	(21)	(10)	-	-	-	(31)
(-) Pagamento do Termo De Compromisso Financeiro	(27)	-	-	-	-	(27)
(+/-) Efeito de remensuração reconhecidos em ORA	(485)	(53)	(18)	-	(258)	(814)
Total obrigações atuariais	**1.192**	**493**	**4**	**2**	**2.675**	**4.366**
(+) Obrigações com termo de compromisso financeiro	111	42	-	-	-	153
Saldo em 30 de junho de 2020	**1.303**	**535**	**4**	**2**	**2.675**	**4.519**
Circulante	76	34	-	-	100	210
Não circulante	1.227	501	4	2	2.575	4.309
	1.303	**535**	**4**	**2**	**2.675**	**4.519**

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Período findo em 30 de junho de 2020						
	Consolidado						Controladora
	Plano de Pensão						
Obrigações atuariais	Petros Repactuado	Petros Não Repactuado	Petros 2	Outros	Plano de saúde - AMS	Total	Total
Custo do serviço corrente	-	-	2	-	8	10	10
Custo/ (reversão) do serviço passado	(92)	(36)	-	-	-	(128)	(128)
Juros líquidos sobre o passivo líquido	64	21	-	1	115	201	201
Custo líquido em Jan-Jun/ 2020	**(28)**	**(15)**	**2**	**1**	**123**	**83**	**83**
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio	1	-	-	-	1	2	2
Diretamente no resultado	(8)	(2)	2	1	18	11	11
Relativa aos inativos (*):	(21)	(13)	-	-	104	70	70
Custo líquido em Jan-Jun/ 2020	**(28)**	**(15)**	**2**	**1**	**123**	**83**	**83**
Custo líquido em Jan-Jun / 2019	**70**	**29**	**7**	-	**135**	**241**	**240**
Termo de Compromisso Financeiro	111	42	-	-	-	153	153
Despesa em Jan-Jun/2020	**111**	**42**	-	-	-	**153**	**153**
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio	2	-	-	-	-	2	2
Diretamente no resultado	17	2	-	-	-	19	19
Relativa aos inativos (*):	92	40	-	-	-	132	132
Despesa em Jan-Jun/2020	**111**	**42**	-	-	-	**153**	**153**
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	**83**	**27**	**2**	**1**	**123**	**236**	**236**

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)						
	Consolidado						Controladora
	Plano de Pensão						
Obrigações atuariais	Petros - Repactuado	Petros - Não Repactuado	Petros 2	Outros	Plano de Saúde - AMS	Total	Total
Custo do serviço	-	-	1	-	3	4	5
Custo/ (reversão) do serviço passado	(92)	(36)	-	-	-	(128)	(128)
Juros líquidos sobre o passivo líquido	29	10	-	-	58	97	96
Custo líquido em Abr-Jun/2020	**(63)**	**(26)**	**1**	**-**	**61**	**(27)**	**(27)**
Relativa a empregados ativos:							
Diretamente no resultado	(14)	(3)	1	-	9	(7)	(7)
Relativa aos inativos (*):	(49)	(23)	-	-	52	(20)	(20)
Custo líquido em Abr-Jun/2020	**(63)**	**(26)**	**1**	**-**	**61**	**(27)**	**(27)**
Custo líquido em Abr-Jun/2019	**35**	**15**	**4**	**-**	**67**	**121**	**120**
Termo de Compromisso Financeiro	111	42	-	-	-	153	153
Despesa em Abr-Jun/2020	**111**	**42**	**-**	**-**	**-**	**153**	**153**
Relativa a empregados ativos:							
Absorvida no custeio	2	-	-	-	-	2	2
Diretamente no resultado	17	2	-	-	-	19	19
Relativa aos inativos (*):	92	40	-	-	-	132	132
Despesa em Abr-Jun/2020	**111**	**42**	**-**	**-**	**-**	**153**	**153**
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	**48**	**16**	**1**	**-**	**61**	**126**	**126**

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Até junho de 2020, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R$ 12 (R$ 20 até junho de 2019).

Quitação dos Termos de Compromisso Financeiro (TCFs)

Em 28 de junho de 2019, a Companhia realizou o pré-pagamento no valor de R$ 424 referente aos Termos de Compromissos Financeiros (TCFs) oriundos do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) que fora celebrado com a Petros, Petrobras e diversas entidades sindicais em 2006. O montante pago no ano de 2019 somou R$ 436. Tal acordo tinha como contexto a busca de uma solução para o reequilíbrio do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP). Os TCFs foram assinados em 2008, prevendo o pagamento total da dívida em até 20 anos (até 2028) com correção de IPCA + 6% a.a.

O TCF – Diferença de Pensão, não obstante sua quitação, prevê o pagamento pela Companhia de eventuais ajustes atuariais, conforme cálculo atuarial processado anualmente. O pagamento do ajuste atuarial referente a 2019 devido pela Companhia, foi realizado no dia 30 de abril de 2020, no valor de R$ 27.

Equacionamento do déficit acumulado em 2015 (PED 2015)

Em março de 2018 teve início o Plano de Equacionamento de Déficit (PED) do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), decorrente do déficit acumulado em 2015, mediante o recolhimento de contribuições extraordinárias da parte dos participantes (ativos e assistidos) e da patrocinadora, conforme suas proporções. Os recolhimentos do PED 2015 vigoraram até maio/2020. A partir da competência junho/2020 entrou em vigor o Novo PED, conforme detalhado a seguir.

Novo Plano de Equacionamento de Déficit (Novo PED) – PPSP-R e PPSP-NR

Em função dos déficits acumulados em 2018 terem superado o limite legal, restou necessária a implementação, pela Petros, de um novo plano de equacionamento de déficit. Este equacionamento, denominado de Novo PED, foi aprovado pela PREVIC e publicado no DOU no dia 05 de maio de 2020, sendo que o desconto das novas alíquotas, a título de contribuição extraordinária, foi implantado na competência junho/2020.

O objetivo da Petros com a implementação do Novo PED, foi buscar uma alternativa de reequilíbrio dos planos Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R) e Plano Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados (PPSP-NR), incluindo o déficit de 2015 e o de 2018, além de reduzir o impacto financeiro das contribuições extraordinárias mensais sobre os participantes.

A solução inclui alteração de alguns direitos e mudanças no regulamento dos dois planos, destinados aos participantes ativos e assistidos não pertencentes ao Grupo Pré-70, especialmente no cálculo do Pecúlio por Morte e a 13ª Suplementação, e, ainda, no cálculo da concessão de benefício para os futuros aposentados não elegíveis, conforme critério regulamentar para a definição do direito assegurado. Dentre os aspectos contemplados na proposta de alteração estão a adoção da média dos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício de suplementação de aposentadoria; desvinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos do reajuste concedido pelo patrocinador aos seus empregados, com a consequente vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano – IPCA, aplicável ao PPSP-NR; e desvinculação dos valores de suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo INSS, com a consequente vinculação dos valores de suplementações de aposentadorias a valor de INSS hipotético (Unidade de Referência – UR), dentre outros. A proposta do Novo PED foi aprovada em instância final pela PREVIC no mês de maio e sua implementação ocorreu no mês de junho.

Dentre as obrigações contidas no Novo PED, restou estabelecida a obrigatoriedade de aportes extraordinários das patrocinadoras em contrapartida à redução do benefício de Pecúlio por Morte aplicada aos participantes e assistidos. A obrigação total da Companhia foi firmada em instrumento de parcelamento de dívida no total de R$150, com as seguintes condições: prazo 15 anos, com carência até 31/12/2020 e pagamentos semestrais de principal e juros, a partir de janeiro de 2021, corrigidos pela meta atuarial, calculada anualmente de acordo com as premissas dos planos, além de opção de pré-pagamento. O valor de R$150 milhões foi atualizado até a data base de 30 de junho de 2020. A Companhia apresentou como garantia notas promissórias no montante de R$342.

Devido as alterações nos regulamentos dos planos PPSP-R e PPSP-NR, decorrente do Novo PED, a Companhia realizou uma avaliação atuarial intermediária, com data base 31 de maio de 2020, atualizando os saldos dos passivos atuariais, líquido dos ativos garantidores, para o novo regramento. Adicionalmente e em função da relevância do cálculo, as premissas financeiras foram revistas para os Planos Petros II e Plano de saúde (AMS).

Ativos Garantidores

A seguir apresentamos os saldos dos ativos garantidores:

	30.06.2020		31.12.2019	
	PPSP-R	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-NR
Ativos dos planos	2.554	747	2.879	894

Premissas atuariais

Em relação à revisão atuarial intermediária realizada em maio de 2020, apenas as premissas referentes à taxa de desconto sofreram alteração, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2020				31.12.2019			
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	AMS	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	AMS
Taxa de desconto real	4,40%	4,31%	4,62%	4,51%	3,69%	3,66%	3,78%	3,74%

No primeiro semestre de 2020, a Companhia desembolsou R$ 31 a título de contribuições extraordinárias do PED - parte patronal (PED 2015 até maio/2020 e Novo PED em junho/2020).

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 30 de junho de 2020 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R$ 6.353 (R$ 6.353 em 31 de dezembro de 2019), está composto por 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

A Companhia poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social até o limite de R$ 7.000 (sete bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias.

20.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	Consolidado	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019
Saldo inicial	525	758
Adição	-	2.199
Pagamento	-	(1.518)
Imposto de renda retido na fonte	-	(8)
Atualização	11	83
Saldo final	**536**	**1.514**

20.3 Resultado por ação

	Consolidado	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019
Lucro líquido	422	779
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	1.165.000.000	1.165.000.000
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária	**0,36**	**0,67**

21 Receita de vendas

	Consolidado				Controladora			
	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019
Produtos, serviços e energia								
Derivados de petróleo								
Diesel	9.295	20.669	13.373	25.431	9.295	20.669	13.373	25.431
Gasolina	5.515	13.369	8.738	16.608	5.515	13.369	8.738	16.608
Óleo combustível	696	1.680	989	2.019	696	1.680	989	2.019
Querosene de aviação	327	2.677	2.444	4.953	327	2.677	2.444	4.953
Lubrificantes	455	956	529	1.065	455	956	529	1.065
Asfalto	307	576	233	440	-	-	-	-
Coque	492	1.013	585	1.214	492	1.013	585	1.214
Outros derivados	204	484	258	535	204	484	258	535
Etanol	1.247	3.498	2.348	4.535	1.247	3.498	2.348	4.535
Gás natural	401	895	572	1.163	401	895	572	1.163
Produtos de Supply-House (a)	380	723	287	587	380	723	287	587
Serviços, energia e outros	20	44	20	38	16	32	13	26
	19.339	46.584	30.376	58.588	19.028	45.996	30.136	58.136
Juros embutidos no preço dos produtos	(48)	(111)	(73)	(143)	(48)	(111)	(73)	(143)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(157)	(307)	(115)	(239)	(157)	(307)	(115)	(239)
Bonificação por desempenho (b)	(80)	(143)	(74)	(148)	(80)	(143)	(74)	(148)
Prêmios e descontos sobre vendas	(58)	(113)	(75)	(125)	(58)	(113)	(75)	(125)
Receita bruta	**18.996**	**45.910**	**30.039**	**57.933**	**18.685**	**45.322**	**29.799**	**57.481**
Encargos de vendas	(4.114)	(9.840)	(5.994)	(11.456)	(4.043)	(9.705)	(5.936)	(11.347)
Receita de vendas	**14.882**	**36.070**	**24.045**	**46.477**	**14.642**	**35.617**	**23.863**	**46.134**

(a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

(b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente.

21.1 Obrigações de desempenho restantes

A Companhia possui contratos de vendas de produtos ou serviços, vigentes e assinados até 30 de junho de 2020, com prazos superiores a 1 ano, onde os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos encontram-se definidos, ou seja, há uma quantidade pré-estabelecida de bens ou serviços prometidos ao cliente para os próximos exercícios, com seus respectivos termos de pagamentos.

A seguir estão apresentados os valores totais de preços alocados às obrigações de desempenho que não se encontram satisfeitas em 30 de junho de 2020, tendo como base volumes de vendas comprometidos entre as partes, bem como preços praticados em vendas recentes, sendo esses sujeitos às variações no valor de commodities, taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Consolidado
Total dos contratos	**278.012**
Diesel	120.015
Gasolina automotiva	122.435
Óleo combustível	7.662
Outros derivados de petróleo	5.167
Subtotal de derivados	**255.279**
Gás natural	2.713
Etanol, nitrogenados e renováveis	19.808
Serviços e outros	23
Mercado interno	**277.823**
Exportações	189
Mercado externo	**189**

A tabela anterior não inclui informações sobre contratos com clientes com duração igual ou inferior a um ano, como por exemplo, vendas no mercado spot, além de contratos que não estabeleçam volumes.

21.2 Passivos de contratos

Os saldos de passivos de contratos, os quais são apresentados em Adiantamento de Clientes (nota 15), referem-se principalmente a adiantamentos para futuras vendas de combustíveis claros, solventes e produtos especiais e produtos de aviação os quais serão reconhecidos como receita mediante a efetiva entrega.

O total de receitas reconhecidas em 2020 que foram incluídas no saldo de passivos de contrato no início do exercício foi de R$ 135.

22 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado			
	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019
Abono por repactuação salarial	(12)	(21)	-	-
Créditos tributários - ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS	376	376	-	-
Despesas de aluguéis	(14)	(23)	(13)	(26)
Participações nos lucros ou resultados	-	-	-	(13)
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 26.1)	68	42	(31)	(86)
Planos de pensão e saúde - inativos	(112)	(202)	(83)	(167)
Plano de cargos e salários	-	-	(49)	(49)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário (nota 18.1)	-	-	13	16
Programas de desligamento e reestruturação (nota 18.2 e 18.3)	(1)	2	-	-
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	32	92	74	123
Receita de armazenagem conjunta	19	37	27	55
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	2	22	8	26
Relações institucionais e projetos culturais	(19)	(24)	(22)	(34)
Resultado com alienação/baixa de ativos de natureza	(8)	(5)	4	10
Resultado de hedge de commodities - operações em aberto	(308)	(16)	59	(5)
Resultado de hedge de commodities - operações encerradas	327	451	(35)	(16)
Prêmio por desempenho (nota 17.2)	-	-	(14)	(27)
Outros	50	33	(2)	(8)
Total	**400**	**764**	**(64)**	**(201)**

	Controladora			
	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019
Abono por repactuação salarial	(12)	(21)	-	-
Créditos tributários - ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS	376	376	-	-
Despesas de aluguéis	(14)	(23)	(13)	(26)
Participações nos lucros ou resultados	-	-	-	(13)
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 26.1)	69	43	(31)	(86)
Planos de pensão e saúde - inativos	(112)	(202)	(83)	(167)
Plano de cargos e salários	-	-	(49)	(49)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário (nota 18.1)	-	-	13	16
Programas de desligamento e reestruturação (nota 18.2 e 18.3)	(1)	2	-	-
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	32	92	74	123
Receita de armazenagem conjunta	19	37	27	55
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	2	22	8	26
Relações institucionais e projetos culturais	(19)	(24)	(22)	(34)
Resultado com alienação/baixa de ativos de natureza	(8)	(5)	2	8
Resultado de hedge de commodities - operações em aberto	(308)	(16)	59	(5)
Resultado de hedge de commodities - operações encerradas	327	451	(35)	(16)
Prêmio por desempenho (nota 17.2)	-	-	(14)	(27)
Outros	51	34	(1)	(7)
Total	**402**	**766**	**(65)**	**(202)**

23 Despesas por natureza

	Consolidado											
	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020						Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(33.312)	-	-	-	-	(33.312)	(43.604)	-	-	-	-	(43.604)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(54)	(641)	(88)	(25)	-	(808)	(44)	(778)	(83)	(30)	-	(935)
Despesas com pessoal	(18)	(170)	(133)	(225)	-	(546)	(24)	(339)	(241)	(243)	-	(847)
Perdas de crédito esperadas e perdas com títulos incobráveis	-	(106)	-	-	-	(106)	-	(36)	-	-	-	(36)
Depreciação e amortização	(6)	(230)	(35)	-	-	(271)	(6)	(218)	(31)	-	-	(255)
Variação dos estoques (*)	(1.065)	-	-	-	-	(1.065)	107	-	-	-	-	107
Relações institucionais e projetos culturais	-	-	-	(24)	-	(24)	-	-	-	(34)	-	(34)
Tributárias	(1)	2	-	393	(58)	336	(1)	-	-	26	(50)	(25)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	42	-	42	-	-	-	(86)	-	(86)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	92	-	92	-	-	-	123	-	123
Resultado hedge de commodities (operações encerradas/abertas)	-	-	-	435	-	435	-	-	-	(21)	-	(21)
Outras	(72)	(63)	(27)	76	-	(86)	(26)	(84)	(30)	64	-	(76)
Total	**(34.528)**	**(1.208)**	**(283)**	**764**	**(58)**	**(35.313)**	**(43.598)**	**(1.455)**	**(385)**	**(201)**	**(50)**	**(45.689)**

(*) É o resultado da diferença do estoque final pelo estoque inicial apresentado no Balanço Patrimonial.

	Consolidado											
	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)						Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(13.563)	-	-	-	-	(13.563)	(22.863)	-	-	-	-	(22.863)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(25)	(294)	(46)	(15)	-	(380)	(23)	(392)	(42)	(14)	-	(471)
Despesas com pessoal	(9)	(76)	(62)	(122)	-	(269)	(12)	(165)	(115)	(134)	-	(426)
Perdas de crédito esperadas e perdas com títulos incobráveis	-	(67)	-	-	-	(67)	-	(13)	-	-	-	(13)
Depreciação e amortização	(3)	(116)	(17)	-	-	(136)	(3)	(107)	(17)	-	-	(127)
Variação dos estoques (*)	(649)	-	-	-	-	(649)	152	-	-	-	-	152
Relações institucionais e projetos culturais	-	-	-	(19)	-	(19)	-	-	-	(22)	-	(22)
Tributárias	-	1	-	377	(17)	361	-	-	-	7	(13)	(6)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	68	-	68	-	-	-	(31)	-	(31)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	32	-	32	-	-	-	74	-	74
Resultado hedge de commodities (operações encerradas/abertas)	-	-	-	19	-	19	-	-	-	24	-	24
Outras	(37)	(33)	(13)	60	-	(23)	(7)	(45)	(16)	32	-	(36)
Total	**(14.286)**	**(585)**	**(138)**	**400**	**(17)**	**(14.626)**	**(22.756)**	**(722)**	**(190)**	**(64)**	**(13)**	**(23.745)**

(*) É o resultado da diferença do estoque final pelo estoque inicial apresentado no Balanço Patrimonial.

	Controladora											
	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020						Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(32.925)	-	-	-	-	(32.925)	(43.300)	-	-	-	-	(43.300)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(51)	(629)	(84)	(25)	-	(789)	(42)	(769)	(78)	(30)	-	(919)
Despesas com pessoal	(14)	(167)	(129)	(225)	-	(535)	(20)	(335)	(235)	(243)	-	(833)
Perdas de crédito esperadas e perdas com títulos incobráveis	-	(97)	-	-	-	(97)	-	(34)	-	-	-	(34)
Depreciação e amortização	(5)	(234)	(34)	-	-	(273)	(4)	(221)	(31)	-	-	(256)
Variação dos estoques (*)	(1.069)	-	-	-	-	(1.069)	103	-	-	-	-	103
Relações institucionais e projetos culturais	-	-	-	(24)	-	(24)	-	-	-	(34)	-	(34)
Tributárias	(1)	2	-	393	(57)	337	(1)	-	-	26	(49)	(24)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	43	-	43	-	-	-	(86)	-	(86)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	92	-	92	-	-	-	123	-	123
Resultado hedge de commodities (operações encerradas/abertas)	-	-	-	435	-	435	-	-	-	(21)	-	(21)
Outras	(62)	(59)	(25)	77	-	(69)	(15)	(82)	(28)	63	-	(62)
Total	**(34.127)**	**(1.184)**	**(272)**	**766**	**(57)**	**(34.874)**	**(43.279)**	**(1.441)**	**(372)**	**(202)**	**(49)**	**(45.343)**

(*) É o resultado da diferença do estoque final pelo estoque inicial apresentado no Balanço Patrimonial.

	Controladora											
	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)						Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(13.358)	-	-	-	-	(13.358)	(22.707)	-	-	-	-	(22.707)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(23)	(289)	(44)	(15)	-	(371)	(22)	(388)	(39)	(14)	-	(463)
Despesas com pessoal	(7)	(74)	(60)	(122)	-	(263)	(10)	(163)	(113)	(134)	-	(420)
Perdas de crédito esperadas e perdas com títulos incobráveis	-	(62)	-	-	-	(62)	-	(12)	-	-	-	(12)
Depreciação e amortização	(3)	(118)	(17)	-	-	(138)	(2)	(110)	(15)	-	-	(127)
Variação dos estoques (*)	(653)	-	-	-	-	(653)	153	-	-	-	-	153
Relações institucionais e projetos culturais	-	-	-	(19)	-	(19)	-	-	-	(22)	-	(22)
Tributárias	-	1	-	377	(16)	362	-	-	-	7	(13)	(6)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	69	-	69	-	-	-	(31)	-	(31)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	32	-	32	-	-	-	74	-	74
Resultado hedge de commodities (operações encerradas/abertas)	-	-	-	19	-	19	-	-	-	24	-	24
Outras	(28)	(30)	(12)	61	-	(9)	1	(44)	(14)	31	-	(26)
Total	**(14.072)**	**(572)**	**(133)**	**402**	**(16)**	**(14.391)**	**(22.587)**	**(717)**	**(181)**	**(65)**	**(13)**	**(23.563)**

(*) É o resultado da diferença do estoque final pelo estoque inicial apresentado no Balanço Patrimonial.

24 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado			
	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(73)	(138)	(78)	(154)
Arrendamentos	(17)	(35)	(28)	(39)
Absorção de financiamentos ressarcíveis em espécie	(1)	(4)	(1)	(9)
Comissões bancárias	(8)	(15)	(12)	(24)
Impostos	3	-	-	(1)
Outras	(7)	(10)	1	(3)
	(103)	**(202)**	**(118)**	**(230)**
Receitas				
FIDC	-	-	21	47
Juros por atraso de clientes	18	39	30	64
Financiamentos a clientes	16	26	20	31
Depósitos judiciais	12	24	12	19
Juros Setor elétrico - Sistema Isolado	-	-	16	28
Recuperação de créditos - Setor elétrico - Sistema Isolado	-	-	265	533
Aplicações financeiras	37	60	23	43
Outras	12	23	10	29
	95	**172**	**397**	**794**
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado	4	13	2	3
Depósitos	1	2	2	2
Impostos	149	151	2	2
Outras	1	1	-	2
	155	**167**	**6**	**9**
Passiva				
Arrendamentos	-	-	(1)	(1)
Atualização de dividendos a pagar	(5)	(11)	(70)	(83)
Empréstimos e financiamentos	(4)	(27)	(23)	(42)
Impostos	-	1	-	-
Outras	(1)	(1)	-	-
	(10)	**(38)**	**(94)**	**(126)**
Variações cambiais				
Resultado de instrumento financeiro derivativo	234	726	3	14
Caixa e bancos	(1)	(3)	-	-
Clientes	5	35	(1)	(2)
Fornecedores	(111)	(252)	(6)	(3)
Financiamentos	(179)	(641)	-	-
Aplicações financeiras	6	30	(1)	1
Outros	(14)	(13)	2	3
	(60)	**(118)**	**(3)**	**13**
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**85**	**11**	**(91)**	**(104)**
Resultado financeiro	**77**	**(19)**	**188**	**460**

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R$ 810 (nota 13.1) no período, sendo R$ 806 reconhecidos no resultado e R$ 4 como juros capitalizados.

	Controladora			
	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(71)	(136)	(78)	(154)
Arrendamentos	(36)	(66)	(39)	(65)
Absorção de financiamentos ressarcíveis em espécie	(1)	(4)	(1)	(9)
Comissões bancárias	(8)	(15)	(12)	(24)
Impostos	3	-	(1)	(2)
Outras	(7)	(8)	2	-
	(120)	**(229)**	**(129)**	**(254)**
Receitas				
FIDC	-	-	21	47
Juros por atraso de clientes	14	33	32	62
Financiamentos a clientes	16	26	20	31
Depósitos judiciais	13	24	11	18
Juros Setor elétrico - Sistema Isolado	-	-	16	28
Recuperação de créditos - Setor elétrico - Sistema Isolado	-	-	265	533
Aplicações financeiras	36	57	20	37
Outras	12	25	11	31
	91	**165**	**396**	**787**
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado	4	13	2	3
Depósitos	1	2	2	2
Impostos	149	151	2	2
Outras	2	2	1	2
	156	**168**	**7**	**9**
Passiva				
Arrendamentos	5	(9)	(14)	(22)
Atualização de dividendos a pagar	(5)	(11)	(70)	(83)
Empréstimos e financiamentos	1	(3)	(4)	(3)
Impostos	-	1	-	-
Outras	1	-	-	-
	2	**(22)**	**(88)**	**(108)**
Variações cambiais				
Resultado de instrumento financeiro derivativo	234	726	3	14
Caixa e bancos	(1)	(3)	-	-
Clientes	5	35	(1)	(2)
Fornecedores	(111)	(252)	(6)	(3)
Financiamentos	(179)	(641)	-	-
Aplicações financeiras	6	30	(1)	1
Outros	(15)	(14)	2	3
	(61)	**(119)**	**(3)**	**13**
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**97**	**27**	**(84)**	**(86)**
Resultado financeiro	**68**	**(37)**	**183**	**447**

25 Informações por segmento

A Companhia passou por reestruturação organizacional visando direcionar o foco para o conjunto de iniciativas que vêm sendo implementadas desde a sua privatização em julho de 2019. A nova estrutura, que se tornou válida a partir de 1º de janeiro de 2020, transferiu a gestão dos negócios que até 2019 estavam organizados no segmento operacional de Mercados Especiais para o B2B.

Após a reestruturação, a Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/mercado dos seus clientes, resultando na segregação das atividades em Rede de Postos; B2B; Mercado de Aviação; e Corporativo, conforme apresentados a seguir:

Rede de Postos
Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B2B
Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Mercado de Aviação
Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Corporativo
São alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

O resultado consolidado das receitas com clientes no Brasil é de R$ 35.969 (R$ 45.885 de janeiro a junho de 2019), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R$ 408 (R$ 831 de janeiro a junho de 2019).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

Em função da transferência da gestão do portfólio de negócios antes organizado no segmento operacional de Mercados Especiais para o B2B os dados de 2019 estão reapresentados na nova visão, para comparabilidade.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - jun/20

	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	21.738	12.180	2.459	-	36.377	(307)	(a)	36.070
Custo dos produtos vendidos	(20.955)	(11.331)	(2.236)	-	(34.522)	(6)	(b)	(34.528)
Lucro bruto	**783**	**849**	**223**	-	**1.855**	**(313)**		**1.542**
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(537)	(442)	(222)	(26)	(1.227)	(264)	(c)	(1.491)
Tributárias	(8)	(5)	(2)	(7)	(22)	(36)	(d)	(58)
Outras receitas (despesas), líquidas	350	180	7	220	757	7	(e)	764
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	(2)	(2)	-		(2)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(19)	(f)	(19)
EBITDA Ajustado	**588**	**582**	**6**	**185**	**1.361**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						**(625)**		**736**

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)

	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	9.137	5.600	302	-	15.039	(157)	(a)	14.882
Custo dos produtos vendidos	(8.836)	(5.173)	(274)	-	(14.283)	(3)	(b)	(14.286)
Lucro bruto	**301**	**427**	**28**	-	**756**	**(160)**		**596**
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(243)	(225)	(112)	(11)	(591)	(132)	(c)	(723)
Tributárias	-	(3)	-	2	(1)	(16)	(d)	(17)
Outras receitas (despesas), líquidas	225	116	4	308	653	(253)	(e)	400
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	(1)	(1)	-		(1)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	77	(f)	77
EBITDA Ajustado	**283**	**315**	**(80)**	**298**	**816**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						**(484)**		**332**

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - jun/19

	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	27.329	15.008	4.379	-	46.716	(239)	(a)	46.477
Custo dos produtos vendidos	(25.798)	(13.813)	(3.981)	-	(43.592)	(6)	(b)	(43.598)
Lucro bruto	**1.531**	**1.195**	**398**	-	**3.124**	**(245)**		**2.879**
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(772)	(524)	(229)	(77)	(1.602)	(238)	(c)	(1.840)
Tributárias	(6)	(4)	(2)	(19)	(31)	(19)	(d)	(50)
Outras receitas (despesas), líquidas	107	5	13	(251)	(126)	(75)	(e)	(201)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	1	1	-		1
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	460	(f)	460
EBITDA Ajustado	**860**	**672**	**180**	**(346)**	**1.366**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						**(117)**		**1.249**

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio -Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)

	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	14.268	7.729	2.163	-	24.160	(115)	(a)	24.045
Custo dos produtos vendidos	(13.626)	(7.179)	(1.948)	-	(22.753)	(3)	(b)	(22.756)
Lucro bruto	**642**	**550**	**215**	-	**1.407**	**(118)**		**1.289**
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(383)	(265)	(106)	(38)	(792)	(120)	(c)	(912)
Tributárias	4	(1)	(1)	(6)	(4)	(9)	(d)	(13)
Outras receitas (despesas), líquidas	34	(11)	3	(131)	(105)	41	(e)	(64)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	-		-
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	188	(f)	188
EBITDA Ajustado	**297**	**273**	**111**	**(175)**	**506**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						**(18)**		**488**

Reconciliação com as demonstrações contábeis	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019
(a) Receita de Vendas				
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes				
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(157)	(307)	(115)	(239)
(b) Custo dos produtos vendidos				
Depreciação e amortização	(3)	(6)	(3)	(6)
(c) Vendas, gerais e administrativas				
Depreciação e amortização	(133)	(265)	(124)	(249)
Perdas de crédito esperadas				
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.	1	1	4	11
(d) Impostos				
Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.				
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente.	-	(11)	-	-
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(16)	(25)	(9)	(19)

Reconciliação com as demonstrações contábeis (e) Outras receitas (despesas), líquidas	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019
Perdas e provisões com processos judiciais Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	68	42	(31)	(86)
Planos de desligamento (nota 18) Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pelo contas a pagar e pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas aos planos, respectivas reversões em função de desistências, além dos gastos com desligamentos decorrentes da reestruturação da Companhia.	(1)	2	13	16
Abono por repactuação salarial - Plano de Transformação Organizacional	(12)	(21)	-	-
Operações de hedge de commodities em andamento	(308)	(16)	59	(5)
(f) Resultado Financeiro, líquido	77	(19)	188	460
Total	**(484)**	**(625)**	**(18)**	**(117)**

25.1 Desagregação da Receita

	Consolidado			
	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020			
	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Total
No país				
Norte	2.000	1.525	190	3.715
Nordeste	5.176	1.694	449	7.319
Centro Oeste	2.392	861	254	3.507
Sudeste	8.350	6.350	1.054	15.754
Sul	3.820	1.704	150	5.674
No exterior	-	46	362	408
Total	**21.738**	**12.180**	**2.459**	**36.377**

	Consolidado			
	Trimestre atual (01.04.2020 a 30.06.2020)			
	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Total
No país				
Norte	911	665	42	1.618
Nordeste	2.212	707	36	2.955
Centro Oeste	979	414	32	1.425
Sudeste	3.456	3.058	132	6.646
Sul	1.579	733	25	2.337
No exterior	-	23	35	58
Total	**9.137**	**5.600**	**302**	**15.039**

	Consolidado			
	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019			
	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Total
No país				
Norte	2.361	1.444	287	4.092
Nordeste	6.672	2.662	703	10.037
Centro Oeste	3.138	1.129	520	4.787
Sudeste	10.375	7.515	1.742	19.632
Sul	4.783	2.217	337	7.337
No exterior	-	41	790	831
Total	**27.329**	**15.008**	**4.379**	**46.716**

	Consolidado			
	Trimestre do exercício anterior (01.04.2019 a 30.06.2019)			
	Rede de Postos	B2B	Mercado de Aviação	Total
No país				
Norte	1.263	769	140	2.172
Nordeste	3.521	1.320	329	5.170
Centro Oeste	1.603	571	266	2.440
Sudeste	5.430	3.900	868	10.198
Sul	2.451	1.150	158	3.759
No exterior	-	19	402	421
Total	**14.268**	**7.729**	**2.163**	**24.160**

26 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

26.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

A Companhia e suas investidas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais
(i) suposto recolhimento a menor de ICMS-ST em operações de revenda de produtos de aviação (R$ 61 em 30 de junho de 2020 e R$ 31 em 31 de dezembro de 2019);

(ii) descumprimento de obrigações tributárias acessórias (R$ 58 em 30 de junho de 2020 e R$ 59 em 31 de dezembro de 2019);

(iii) cobrança de ICMS em virtude de não inclusão do ICMS – Substituição Tributária em sua base de cálculo (R$ 47 em 30 de junho de 2020 e R$ 49 em 31 de dezembro de 2019); e

(iv) suposto recolhimento a menor de ICMS por uso de créditos de ICMS adquiridos quando da tomada de serviços de frete associados a operações não tributadas (R$ 39 em 30 de junho de 2020 e R$ 38 em 31 de dezembro de 2019).

Processos Cíveis

(i) processo movido por Valpar em que se discute o suposto descumprimento de Contrato de Transporte e de Mútuo pela Companhia, acarretando prejuízos e inviabilizando a operação de postos da autora (R$ 95 em 30 de junho de 2020 e R$ 92 em 31 de dezembro de 2019).

Processos Trabalhistas

(i) Subsidiaridades – pedidos de condenação subsidiária da Companhia ao pagamento de verbas trabalhistas devidas aos empregados das empresas prestadoras de serviço (R$ 83 em 30 de junho de 2020 e R$ 83 em 31 de dezembro de 2019); e

(ii) RMNR/Periculosidade - pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R$ 36 em 30 de junho de 2020 e R$ 51 em 31 de dezembro de 2019).

As despesas com processos judiciais e administrativos, incluindo atualizações, estão reconhecidas em outras receitas (despesas), líquidas.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Entretanto, dada as características das provisões judiciais de longo prazo, não é possível estimar um cronograma referente à saída desses recursos.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado									
	Período de seis meses findos em 30 de junho de									
	2020					2019				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	**299**	**370**	**352**	**19**	**1.040**	**213**	**323**	**453**	**12**	**1.001**
Adição, líquida de reversão	(3)	11	(83)	(1)	(76)	89	40	(53)	-	**76**
Utilização (*)	(3)	(19)	(6)	-	(28)	(1)	(10)	(20)	-	**(31)**
Atualização	3	14	16	1	34	13	(5)	2	-	**10**
Saldo final	**296**	**376**	**279**	**19**	**970**	**314**	**348**	**382**	**12**	**1.056**

	Controladora									
	Período de seis meses findos em 30 de junho de									
	2020					2019				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	**299**	**369**	**352**	**19**	**1.039**	213	323	453	12	**1.001**
Adição, líquida de reversão	(5)	11	(83)	(1)	(78)	89	40	(53)	-	**76**
Utilização (*)	(3)	(19)	(6)	-	(28)	(1)	(10)	(20)	-	**(31)**
Atualização	4	14	16	1	35	13	(5)	2	-	**10**
Saldo final	**295**	**375**	**279**	**19**	**968**	**314**	**348**	**382**	**12**	**1.056**

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R$ 8 em 30 de junho de 2020 (Consolidado e Controladora),conforme nota 26.2 (R$ 7 em 30 de junho de 2019).

26.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

	Consolidado					
	30.06.2020			31.12.2019		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	376	145	231	370	135	235
Causas fiscais	296	97	199	299	93	206
Causas cíveis	279	62	217	352	61	291
Causas ambientais	19	1	18	19	1	18
Total	**970**	**305**	**665**	**1.040**	**290**	**750**

26.1.2 Garantias

Parte dos estoques e do imobilizado da Companhia servem como garantias em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré.

	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Estoques	207	209
Imobilizado	13	16
	220	**225**

26.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**768**	**184**	**98**	**1**	**1.051**	**1.027**
Adição, líquida de reversão	61	30	7	-	98	98
Utilização (a)	(1)	(14)	(2)	-	(17)	(17)
Atualização monetária / juros (b)	35	5	-	-	40	39
Outros	-	-	1	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**863**	**205**	**104**	**1**	**1.173**	**1.148**
Adição, líquida de reversão	4	3	1	-	8	8
Utilização (a)	-	(6)	(2)	-	(8)	(8)
Atualização monetária / juros (b)	18	4	1	-	23	23
Outros	-	1	-	-	1	1
Saldo em 30 de junho de 2020	**885**	**207**	**104**	**1**	**1.197**	**1.172**

(a) Por pagamento de processos judiciais.
(b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros de depósitos levantados.

A Companhia mantém R$ 305 (R$ 290 em 31 de dezembro de 2019) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 26.1.1); R$ 625 (R$ 575 em 31 de dezembro de 2019) associados a contingências possíveis; R$ 85 (R$ 88 em 31 de dezembro de 2019) associados a contingências remotas; R$ 156 (R$ 185 em 31 de dezembro de 2019) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia e suas investidas são autoras e R$ 26 (R$ 35 em 31 de dezembro de 2019) referem-se a outros.

26.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado		Controladora	
Natureza	**30.06.2020**	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Fiscais	8.478	8.480	8.417	8.420
Cíveis	2.773	2.532	2.766	2.525
Trabalhistas	723	695	723	695
Ambientais	165	154	165	153
Total	**12.139**	**11.861**	**12.071**	**11.793**

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza fiscal

	Descrição dos processos de natureza fiscal	**30.06.2020**	**31.12.2019**
	Autor: Estado do RJ		
1)	Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. O Estado do Rio de Janeiro conferiu benefício fiscal reduzindo a alíquota de ICMS sobre querosene de aviação. Essa redução foi considerada inconstitucional. Hoje o Estado do Rio de Janeiro cobra essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas.	1.351	1.329
	Autores: Estados de GO, RJ, RR, SC, SP e TO		
2)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal. (*)	1.456	1.569
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, SE e SP e o Distrito Federal		
3)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20º C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	946	918
	Autores: Estados do AP, BA e SP e Discom		
4)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	853	851
	Autores: Estados do AM, CE e PE		
5)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	548	519
	Autor: Estado de PE		
6)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento. Discute-se se as normas contidas no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto nº 14.876/1991, que previam a possibilidade de tomada e manutenção de créditos fiscais de ICMS, foram ou não tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996.	537	522
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MT, PA, PB, PI, RJ, RN, RO e SC, o Distrito Federal e a União		
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia. (*)	399	371

Autor: União			
8)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	655	664
Autor: Estado do RJ			
9)	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda.	222	292
Autor: Estado do RJ			
10)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	110	108
Autor: União			
11)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados.	160	170
Autores: Estado do AC, BA, CE, GO, MG, PB, PI, RO e SP			
12)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte. (*)	111	81
Autores: Estados do AC, AM, BA, CE, GO, MA, PA, PE, PI, RJ, RO, RS e SP			
13)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	91	113
Autor: União			
14)	Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços à Companhia.	43	38
Autores: Estados do AC, AM, CE, ES, GO, MA, MT, PA, PE e RJ			
15)	Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante.	58	60
Autores: Estados do MT e PA			
16)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	90	81
Autor: União			
17)	Processos em que a Companhia é autuada como responsável solidária pelo recolhimento de contribuições previdenciárias.	55	54
Autores: Estado do PA, União e Município de Sorocaba			
18)	Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	158	155
Autores: Estados do PR e SP			
19)	Guerra fiscal entre Unidades da Federação relativa a benefícios fiscais na origem e possibilidade de creditamento em operações interestaduais.	75	73
Autor: Estado do MT			
20)	Processo no qual se discute a exigência de ICMS em razão de a empresa ter vendido a cliente, formalmente localizado no Estado do Pará, quantidade de produto superior à capacidade de consumo daquele. Assim, considerando o Estado, que o produto permaneceu em Mato Grosso.	56	50
Autores: Estados do AM, GO, MT e SC			
21)	Não Retenção ou Retenção a Menor do ICMS nas vendas da Companhia para adquirentes industriais, que utilizam combustível como insumo à industrialização.	41	43
Autor: União			
22)	Processos em que a Companhia é autuada quanto às verbas pagas como honorários a administradores, considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	57	56

Autores: Estados do AC, GO, MG, PA, PB, PE, RJ, RO, RR e TO			
23)	Processos em que há cobrança de ICMS não categorizada nos demais perfis existentes.	63	55
Autor: União			
24)	Processos relativos a compensações de saldo credor e/ou pagamento a maior de Impostos Federais não homologados pela RFB.	53	45
	Processos diversos de natureza fiscal (*)	290	263
	Total	**8.478**	**8.480**

(*) ocorreu uma reclassificação de R$112 do perfil "2 - ICMS – Aviação Revenda" para os perfis "7-Descumprimento de obrigações acessórias", "12-ICMS – Crédito sobre frete" e ICMS ST por fora (Outros), sendo R$37 para cada um deles.

b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível		**30.06.2020**	**31.12.2019**
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..			
1)	Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis. **Situação atual:** Decisão suspendendo a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	1.035	962
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
2)	Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências. **Situação atual:** Em 10 de abril de 2019, o Tribunal Colegiado do CADE finalizou o julgamento, e por maioria de votos (3 a 2), a Companhia foi absolvida pelo CADE da acusação de formação de cartel. Por unanimidade, contudo, a Companhia e a IPP foram condenadas pelo CADE, por suposto exercício de influência negativa na cadeia econômica de revenda. Em setembro de 2019 a Companhia ajuizou ação anulatória do débito, com oferta de garantia, perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Nesse processo foi proferida decisão concedendo efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto pela BR, suspendendo a multa administrava oriunda da decisão do CADE até ulterior decisão do juízo competente. Foi ainda determinado, na mesma decisão, que o CADE se abstenha de inscrever no CADIN e em qualquer cadastro de proteção ao crédito, o nome da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. BR intimada para falar em réplica e sobre eventuais provas a produzir.	68	67
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração			
3)	Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. **Situação atual:** A União opôs embargos de divergência contra o acórdão que rejeitou os seus embargos de declaração (RESP nº 1.265.625). O valor em discussão atualizado é R$ 1,6 bilhão, conforme proposta de acordo apresentada pela Rede Forte. No fim de 2017, a Rede Forte enviou carta ao mercado estimando a condenação em R$8 bilhões – nada obstante ter se manifestado em juízo a respeito de sua iliquidez. No entendimento dos advogados que patrocinam a causa em favor da Companhia, o valor seria de R$ 284 (em 30 de junho de 2020). Tal diferença decorre da necessidade de se promover uma liquidação da sentença, fazendo com que o risco atual não possa ser definido com precisão pelos advogados externos.	284	281

	Autor: Francisco Messias Cameli Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL).		
4)	**Situação atual:** Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância negando provimento ao recurso da BR, por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a BR interpôs recurso de Embargos de Declaração, que ainda estão pendentes de julgamento pelo TJAM.	194	191
	Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda. A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais.		
5)	**Situação atual:** Aguardando o julgamento do Recurso de Apelação da Companhia, e do recurso Adesivo da DISCOM.	215	206
	Autor: Borborema Energética S.A. O autor alega erro na formação do preço da Companhia quando da elaboração do contrato o qual não teria observado a competente Resolução da ANEEL. A Companhia alega que praticou adequadamente os preços da Resolução ANEEL e que a formação de seu preço observou o reajuste previsto em tal resolução.		
6)	**Situação atual:** Sentença julgou procedente o pedido da Borborema para condenação da Companhia. Iniciado o julgamento da apelação da BR, houve voto da relatora parcialmente favorável à Cia, tendo sido seguido por pedido de vistas. Aguarda-se retomada do julgamento.	218	215
	Autor: Único Combustíveis Ltda. O autor ajuizou ação postulando indenização pela responsabilidade da Companhia na rescisão do contrato de fornecimento de combustíveis. A Companhia se defendeu afirmando que o autor, e não ela, deu causa à rescisão.		
7)	**Situação atual:** Ação com trânsito em julgado desfavorável à Companhia, em fase de execução. A Companhia apresentou recurso sustentando que o critério de margem bruta/líquida para fins de apuração dos lucros cessantes foi equivocadamente utilizado pelo perito, o que foi acolhido em decisão do Superior Tribunal de Justiça. Autos foram reenviados ao Tribunal de Justiça do Paraná para nova avaliação do critério de cálculos empregado na liquidação impugnada pela Companhia. Aguarda-se pauta para novo julgamento do TJPR.	72	71
	Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda. Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor, além dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada.		
8)	**Situação atual:** Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O processo se encontra pendente de julgamento.	48	45

9)	**Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica** Trata-se de investigação administrativa de suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, com pedido de adoção de medida preventiva, deflagrada por GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP. **Situação atual:** Em 29 de abril de 2020, a SG emitiu despacho decisório determinando a disponibilização em apartado restrito à Gran Petro de trechos de determinados documentos mantidos em apartados de acesso restrito aos Representados, incluindo trechos da Defesa Administrativa da BR sobre o histórico das negociações entre o Pool e a própria Gran Petro. Atualmente concluso na unidade SEI.	83	82
10)	**Autor: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.** Autor moveu ação em face da BR objetivando a rescisão do contrato de distribuição, o pagamento de indenização a título de perdas e danos sobre uma série de alegados prejuízos e o pagamento de multa contratual. A BR foi condenada a reparar apenas o dano material, na forma de lucros cessantes. Porém, o cálculo do perito foi realizado com base nas vendas mensais dos produtos pela Dislub sem a dedução dos seus custos operacionais e tributários. Tal metodologia de cálculo elevou o crédito da Dislub para cerca de R$ 95 milhões em valores atuais. **Situação atual:** BR foi condenada em indenizar lucros cessantes, calculados por perícia homologada pelo juízo e confirmada pelo Tribunal pelo faturamento bruto, sem desconto dos custos operacionais. Em razão disso, BR recorreu ao STJ e anulou o acórdão para determinar que Tribunal se manifestasse sobre a necessidade de desconto dos lucros cessantes - em linha com a jurisprudência da corte. Por essa razão, mantivemos o valor do risco financeiro, contudo, imputamos como provável o risco jurídico de pagar R$ (5.307.361,64 - valor encontrado pelo nosso assistente técnico aplicando as premissas da decisão e jurisprudência do STJ), reclassificando como possível a diferença entre o valor atualizado pleiteado por DISLUB (R$ 95.130.790,46) e o valor provisionado. O valor dessa diferença está em cadastro espelho apartado (R$ 89.823.428,82.).	90	-
	Processos diversos de natureza cível	466	412
	Total	**2.773**	**2.532**

c) Processos de natureza trabalhista

	Descrição dos processos de natureza trabalhistas	**30.06.2020**	**31.12.2019**
1)	**Autores: Diversos** Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	223	305
2)	**Autores: Diversos** Ações judiciais nas quais os ex-empregados das empresas contratadas da Companhia pleiteiam a condenação subsidiária da Companhia ao pagamento dos seus créditos trabalhistas.	59	58
3)	**Autores: Diversos** Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da BR pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos aos agentes nocivos, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e do Emprego.	41	60
4)	**Autores: Diversos** Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos combustíveis derivados de petróleo contratados pela Companhia.	84	89

Autores: Diversos			
5)	Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas contratadas para efetuar a prestação de serviços pleiteando direito à isonomia salarial em relação a outros empregados.	18	41
	Processos diversos de natureza trabalhista	298	142
	Total	**723**	**695**

d) Processos de natureza ambiental

Descrição dos processos de natureza ambiental		**30.06.2020**	**31.12.2019**
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás			
1)	Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia. **Situação atual:** Processo em fase de perícia, com discussões sobre os quesitos e a qualificação do perito designado pelo juízo. Antes de decidir sobre os limites da perícia, o Juiz designou audiência de conciliação para março/2020, que foi cancelada em razão da COVID-19, sem nova data marcada.	108	100
	Processos diversos de natureza ambiental	57	54
	Total	**165**	**154**

26.4 Processos judiciais – recuperação de tributos

26.4.1 ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

Apesar de a Companhia ter contabilizado o montante de R$526 milhões no resultado do período (nota 16.1), e que ainda pendem discussões judiciais acerca da metodologia de cálculo para apuração do crédito, a parcela referente à exclusão do ICMS destacado nota a nota, critério que levaria a valores substancialmente maiores, ainda será objeto de quantificação.

27 Compromissos contratuais

a) Contratos "*take or pay*" de compras

A Companhia possui compromissos mínimos de compras de gás natural com a Petrobras para o período de 30 de junho de 2020 a 2025 de aproximadamente 751 milhões de m³, que corresponde a um valor total restante estimado de R$ 598. Adicionalmente, possui compromissos para o período de quatro anos, num valor estimado de R$ 76 com a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGAS).

Compras de derivados de petróleo, para o período de 1 ano, que correspondem a um valor total estimado de R$ 129 com a Petrobras e R$ 54 com a Refinaria de Petróleo Riograndense.

b) Contratos "*take or pay*" de serviços

A Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R$ 808, até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

Prestação de serviços de beneficiamento, pela Brasil Carbonos, nas plantas de Taubaté/SP e Cosmópolis, cujo saldo contratual remanescente refere-se a aproximadamente 16.620 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R$ 449, até outubro de 2033.

Serviço de Armazenagem, para o período de 3 anos, ao valor estimado de R$ 76 com Ageo Terminais.

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de *hedge* definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição a taxas de juros.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito e risco de juros sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes.

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

	Notas	Hierarquia Valor Justo	Consolidado		Controladora	
			30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Custo amortizado						
Ativos						
Caixa e bancos	5		113	239	113	238
Aplicações financeiras	5		5.194	2.123	4.991	1.876
Contas a receber	6		4.088	5.044	4.279	5.214
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	29.1.1		-	-	147	144
NTN-P (Outros ativos realizáveis a longo prazo)			3	2	3	2
			9.398	**7.408**	**9.533**	**7.474**
Custo amortizado						
Passivos						
Fornecedores	12		1.313	2.307	1.320	2.331
Financiamentos	13		8.424	5.957	7.667	5.066
			9.737	**8.264**	**8.987**	**7.397**
Valor justo por meio do resultado						
Ativos						
Precatórios (Contas a receber - Não Circulante)	6	2	23	23	23	23
Instrumento financeiro derivativo - commodities		1	-	3	-	3
Instrumento financeiro derivativo - cambial		2	16	6	16	6
Swap		2	631	-	631	-
			670	**32**	**670**	**32**
Valor justo por meio do resultado						
Passivos						
Instrumento financeiro derivativo - commodities		1	32	19	32	19
Instrumento financeiro derivativo - cambial		2	3	22	3	22
			35	**41**	**35**	**41**

28.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

28.2 Risco de mercado

28.2.1 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, da importação de produtos e de captações de empréstimos em moeda estrangeira, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

28.2.1.1 Gerenciamento de risco cambial

Contratos de SWAP

Entre janeiro e junho deste ano, a Companhia contratou operações de swap em virtude de captações de recursos realizadas através de NCE e Loan 4131 para proteção contra a variação cambial da dívida contraída em moeda estrangeira. Essas operações de swap foram contratadas no total de R$2.848.

Em 30 de junho de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

US$ x CDI

A Companhia possui cinco contratos desta modalidade, cujo valor nocional agregado é de US$ 614 milhões com diversos vencimentos até 31/03/2025, com uma posição ativa (comprada) em dólares indexados a uma taxa pré, ou a Libor + spread, e posição passiva (vendida) em reais indexados ao CDI, totalizando R$ 2.733.

YEN x CDI

A Companhia possui um contrato desta modalidade, cujo valor nocional é de ¥2.448 milhões com vencimento em 09/04/2021, com uma posição ativa (comprada) em YEN indexado a uma taxa pré-fixada, e posição passiva (vendida) em reais indexados ao CDI, totalizando R$ 115.

		Valor de Referência (Nocional) (Milhões)		Valor Justo (R$ Milhões)	
	Contratos de Swap	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Ponta ativa	USD	614	-	3.456	-
Ponta ativa	JPY	2.448	-	125	-
Ponta passiva	CDI	2.848	-	2.946	-
			Resultado do Swap	635	
			Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)	631	

Em 30 de junho o resultado dos SWAP das seis operações foi precificado em R$ 631.

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento

construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. O valor justo do SWAP de Iene x CDI, é calculado pela paridade iene-dólar. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no CDS (*Credit Default Swap*) do último vencimento da operação tendo como fonte a Bloomberg.

As operações de Swap contratadas e vigentes em 30 de junho de 2020 estão demonstradas a seguir:

		Contraparte					Taxas Médias Swap	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	Libor x DI	4131 JP	JP Morgan	342	342	100%	Libor 3M + 0,70% a.a	CDI + 0,64% a.a
USD	Libor x DI	4131 JP	JP Morgan	342	342	100%	Libor 3M + 0,70% a.a	CDI + 0,64% a.a
USD	Libor x DI	NCE Citi	Citi Bank	1.097	1.097	100%	Libor 3M + 0,94% a.a.	CDI + 0,79% a.a
USD	Pré x DI	4131 Scotia	ScotiaBank	1.225	1.226	100%	2,5725% a.a.	CDI + 0,78% a.a
USD	Pré x DI	NCE MUFG	MUFG Bank	369	369	100%	2,08% a.a.	CDI + 0,694% a.a
JPY	Pré x DI	NCE MUFG	MUFG Bank	125	125	100%	2,08% a.a.	CDI + 2,75% a.a

Até 30 de junho de 2020 foram efetuados pagamentos de juros referentes aos contratos de swap no montante de R$ 5.

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos. Os ganhos apresentados devido à valorização do dólar, iene e libor, são compensados com as perdas registradas nos financiamentos.

Análise de Sensibilidade ao USD

	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	Valor justo em 30.06.2020	(Δ 25%)	(Δ 50%)
Valor justo da ponta ativa do Swap (+)	3.581	3.751	3.922
Valor justa da ponta passiva do Swap (-)	2.946	2.946	2.946
Resultado do Swap	635	805	976
Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)	631	800	970

Análise de Sensibilidade ao CDI

	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	Valor justo em 30.06.2020	(Δ 25%)	(Δ 50%)
Valor justo da ponta ativa do Swap (+)	3.581	3.581	3.581
Valor justa da ponta passiva do Swap (-)	2.946	2.950	2.953
Resultado do Swap	635	631	628
Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)	631	627	624

Análise de Sensibilidade a Libor

	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	Valor justo em 30.06.2020	(Δ 25%)	(Δ 50%)
Valor justo da ponta ativa do Swap (+)	3.581	3.584	3.587
Valor justa da ponta passiva do Swap (-)	2.946	2.946	2.946
Resultado do Swap	635	638	641
Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)	631	634	637

Análise de Sensibilidade ao Iene

	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	Valor justo em 30.06.2020	(Δ 25%)	(Δ 50%)
Valor justo da ponta ativa do Swap (+)	3.581	3.651	3.737
Valor justa da ponta passiva do Swap (-)	2.946	2.946	2.946
Resultado do Swap	635	705	791
Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)	631	701	787

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2020 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar spot e da paridade iene-dólar spot para o cálculo do valor justo. As análises de sensibilidade apresentadas consideram mudanças com relação às variáveis de riscos assumidas, mantendo constantes as demais.

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para *hedge* de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro. No primeiro caso, o objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. No segundo caso, o objetivo é proteger o custo do produto importado. No terceiro caso, o objetivo é alinhar o custo do estoque ao nível de mercado. No quarto caso, ainda em fase inicial, é a garantia de preço do Cartão do Caminhoneiro.

Entre janeiro e junho de 2020 foram contratadas operações de *hedge* através de contratos a termo NDF para: (i) exportação no total de US$ 104 milhões, (ii) para importação o volume contratado totalizou US$ 590 milhões, (iii) *hedge* de estoques no total de US$$ 89 milhões, e (iv) houve fixação de preço fixo para clientes de importação em US$ 690 mil. Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido no mesmo período, o percentual de *hedge* contratado representou 100%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou *hedge* cambial, entre janeiro a junho de 2020, para 100% das cargas onde há exposição cambial.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações quanto das importações.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial com NDF entre janeiro a junho de 2020 geraram um fluxo positivo para a Companhia de R$ 71.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF e *Swap*, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM no. 550 de 2008.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

	Valor de referência (*nocional*)		Valor justo		
Contratos a termo de dólar	USD (Milhões)		R$ (Milhões)		
(NDF)	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	Vencimento
Posição Comprada	-	223	-	(22)	1T20
Posição Comprada	-	2	-	-	2T20
Posição Comprada	65	-	16	-	3T20
Posição Vendida	-	77	-	6	1T20
Posição Vendida	-	2	-	-	2T20
Posição Vendida	5	-	(3)	-	3T20

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 30 de junho de 2020, os cenários possíveis e remotos consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data. O valor justo no cenário provável é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Cenário Provável	Cenário Δ 25% (apreciação do dólar)	Cenário Δ 50% (apreciação do dólar)	Cenário Δ 25% (depreciação do dólar)	Cenário Δ 25% (depreciação do dólar)
Contratos a termo de dólar (NDF) (*)	em 30.06.2020				
Total	13	82	164	(82)	(164)

(*) A Companhia tem mais posição comprada do que vendida em USD.

A seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

Em Reais milhões

	Consolidado				
	Exposição em 30/06/2020	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - possível (**) 25%	Cenário III - remoto (**) 50%
Ativos					
Disponibilidades	80	Dólar / Real	(3)	20	40
Contas a receber	87	Dólar / Real	(3)	22	44
Outros Ativos circulantes	84	Dólar / Real	(3)	21	42
Passivos					
Fornecedores	(324)	Dólar / Real	10	(81)	(162)
Financiamentos (*)	(3.500)	Dólar / Real	112	(875)	(1.750)
Outros passivos	(125)	Dólar / Real	4	(31)	(63)
Impacto no resultado					
Ganho/(perda)			117	(924)	(1.849)

(*) Os financiamentos exterior estão integralmente hedgeados por meio de operações de swap. Os valores apresentados não estão líquidos de seus derivativos.

Critérios
Cenário provável - Variação de 3,21% do Real frente ao Dólar. Fonte: Focus.
(**) Cenário II e III - consideram um impacto no cenário provável de 25% e 50%, respectivamente.
Para a análise de sensibilidade foi considerada apenas a deterioração do dólar em relação ao saldo em aberto em 30 de junho de 2020, considerando este constante.

28.2.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado, principalmente, a Libor, ao CDI e ao IPCA, que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários-CRI, Nota de Crédito de Exportação-NCE, Loan 4131 e Debêntures dos Certificados de Recebíveis de Agronegócios-CRA).

28.2.2.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia e suas investidas consolidadas, atualmente não utilizam instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 30 de junho de 2020.

					Consolidado
		Risco	Cenário I - provável	Cenário II - possível (*)	Cenário III - remoto (*)
	Exposição em 30 de junho de 2020	CDI	2,01%	2,51%	3,02%
		IPCA	3,22%	4,02%	4,82%
		SELIC	2,10%	2,63%	3,16%
		IGPM	3,86%	4,82%	5,78%
		INPC	3,61%	4,51%	5,41%
		LIBOR	0,27%	0,34%	0,40%
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI - 100%	4.910	CDI	99	123	148
Aplicações financeiras - SELIC	148	SELIC	3	4	5
Financiamentos a receber - CDI- 100%	590	CDI	12	15	18
Financiamentos a receber - CDI - 124,75%	348	CDI	9	11	13
Financiamentos a receber - IGPM - 100%	234	IGPM	9	11	14
Financiamentos a receber - INPC	79	INPC	3	4	4
Financiamentos a receber - SELIC	76	SELIC	2	2	2
Instrumentos financeiros passivos					
Debêntures - CDI - 111,57%	(756)	CDI	(17)	(21)	(25)
Debêntures - CRA 9ª série - CDI - 98%	(483)	CDI	(10)	(12)	(14)
Debêntures - CRA 10ª série - CDI - 100%	(204)	CDI	(4)	(5)	(6)
Debêntures - CRA 11ª série - IPCA	(306)	IPCA	(10)	(12)	(15)
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI) - IPCA	(726)	IPCA	(23)	(29)	(35)
Empréstimos bancários - CDI - 100%	(2.409)	CDI	(48)	(61)	(73)
Empréstimos exterior (**)	(1.781)	LIBOR	(5)	(6)	(7)
Resultado financeiro líquido, conforme estimativas					
Ganho/(perda)			20	24	29

Critérios
Cenário provável - considera a projeção das taxas para 2021, conforme Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil. Em relação ao CDI, foi utilizada como fonte a CETIP.

(*) Cenário II e III - consideram uma deterioração da taxa projetada no cenário provável de 25% e 50%, respectivamente.
Para a análise de sensibilidade foi considerada apenas a deterioração da taxa de juros em relação ao saldo em aberto em 30 de junho de 2020, considerando este constante.

(**) A Companhia possui empréstimos com taxas flutuantes indexados à Libor (*London Interbank Offer Rate*) em dólar americano com os bancos Citibank e JP Morgan que estão com os fluxos de pagamentos totalmente hedgeados por meio de contratos de swap celebrados com as mesmas contrapartes, conforme apresentado na nota 28.2.1.1.

28.2.3 Gerenciamento de risco de preços

Atualmente a política de preços da Petrobras para diesel e gasolina, além de levar em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino, tem como objetivo alinhar os preços de derivados de petróleo com o mercado internacional. Com isso, o preço do combustível no mercado interno tem sofrido alterações para acompanhar esse movimento.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e

fontes alternativas de energia, dentre outros. Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de *commodity* e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de *hedge* para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Conforme política de gestão de risco todas as operações com derivativos de *commodity* possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Contratos (em centavos por galão)				(em milhões de reais)		
Tipo	Quantidade	Preço Médio de venda	Fechamento em 30.06.2020	MTM (Valor do Contrato)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Possível (Δ de 50%)
HO (Diesel)	974	642	649	(3)	(69)	(136)

Foi utilizada a Ptax Venda de 30/06/2020 (5,476) para cálculo dos números descritos acima.

28.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário. Mantém-se, ainda, espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

Até a realização do Follow On, em 25 de julho de 2019, o excesso de caixa era aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Após o Follow On a Companhia buscou bancos parceiros para fazer as aplicações das sobras de caixa com rendimentos atrelados ao CDI.

O fluxo nominal do principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Consolidado								
Período	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Principal	505	2.062	1.164	1.420	1.208	2.471	434	9.264
Juros	118	231	158	134	115	65	113	934
Total	**623**	**2.293**	**1.322**	**1.554**	**1.323**	**2.536**	**547**	**10.198**

O fluxo dos pagamentos de arrendamentos está apresentado na nota 14.

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante.

28.4 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

28.4.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, segue rating abaixo:

Nome	País da agência bancária	Rating Escala Nacional	Agência de Risco	Rating Escala Global	Agência de Risco
Citigroup	Américas	-	-	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco do Brasil	Brasil	Aa1	Moody's	BB-	S&P
Banco Itau Unibanco	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco Safra	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banco Santander S.A. - Brasil	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Caixa Econômica Federal	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Citibank	Brasil	AAA	S&P	BB-	S&P
Banrisul	Brasil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Brasil	AAA	S&P	-	-
BRASIL (País)		AAA	S&P	BB-	S&P
Petrobras Distribuidora S.A.	Brasil	Aaa	Moody's	Ba1	Moody's

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 6.

A carteira da Companhia somava aproximadamente R$ 11.200 em 30 de junho de 2020.

Para os clientes da Rede de Postos e B2B sem aviação, a Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

Para o setor elétrico, a Companhia possui uma matriz separada, dado o histórico e especificidade deste segmento.

Em relação ao segmento de aviação, devido ao aumento no risco de crédito mencionado na nota 1.3, decorrente do impacto da pandemia do COVID-19, a Companhia incorporou o aumento da probabilidade de default na matriz

utilizada para o cálculo das perdas de crédito esperadas, utilizando-se dos ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco para as empresas aéreas mais representativas do contas a receber, extrapolando este impacto para toda a carteira de recebíveis da aviação.

A seguir a matriz atualmente vigente:

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Clientes						
Rede de Postos	0,24%	71,28%	77,50%	82,01%	85,24%	100,00%
Aviação	1,27%	94,24%	94,24%	94,24%	94,24%	100,00%
B2B sem aviação	0,20%	45,22%	65,79%	82,83%	90,00%	100,00%
Térmicas do sistema isolado						
Sistema Eletrobras	0,12%	13,88%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%

28.4.2 Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida por agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e Valores Mobiliários	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
AAA	5.110	1.442	3	-
Aa1	114	-	-	-
AA+	1	-	-	-
BrAAA	-	468	-	2
Aa1.br	-	338	-	-
Sem rating (*)	82	114	-	-
	5.307	**2.362**	**3**	**2**

(*) Os ratings listados na tabela possuem referência em Escala Nacional e a ausência de classificação indica que a respectiva instituição financeira não está classificada segundo esse critério pelas agências S&P e Moody's. Os ratings em Escala Global neste caso são BBB+ em 2020 e BBB+ e A+ em 2019.

28.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos e buscando manter um adequado perfil de endividamento.

	Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019
Financiamentos (nota 13)	8.424	5.412
Arrendamentos (nota 14)	796	743
Cessão de direitos creditórios	-	8
Dívida bruta	9.220	6.163
Swap	(631)	-
Dívida bruta ajustada	8.589	6.163
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(5.307)	(1.885)
Menos: Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP	-	(187)
Endividamento líquido	**3.282**	**4.091**

28.6 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 30 de junho de 2020, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 13.4.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

29 Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

29.1 Transações comerciais e outras operações

29.1.1 Por operação

	Consolidado			Controladora		
	30.06.2020			30.06.2020		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Resultado						
Receitas	1.241			1.248		
Variações monetárias e cambiais líquidas	39			31		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	25			(4)		
Outras receitas e despesas	16			15		
Ativo						
Contas a receber (nota 6), sem FIDC		722			1.061	
Títulos e valores mobiliários (*)		3			3	
Caixa e equivalentes de caixa		419			413	
Dividendos		-			17	
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-			147	
Depósitos judiciais		923			898	
Passivo						
Fornecedores			415			428
Dividendos / Juros sobre capital próprio			195			195
Adiantamento de clientes			106			106
Arrendamentos			53			545
Em 30.06.2020	**1.321**	**2.067**	**769**	**1.290**	**2.539**	**1.274**
Janeiro a junho/2019	**1.641**			**1.602**		
Em 31.12.2019		**2.419**	**1.032**		**2.824**	**1.628**

(*) Classificados em Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo.

As compras efetuadas com a Petrobras totalizaram R$ 19.309 (R$ 28.609 até junho de 2019), com a Refinaria de Petróleo Riograndense R$ 207 (R$ 303 até junho de 2019) e com as Distribuidoras de Gás R$ 123 (R$ 175 até junho de 2019).

A Companhia possui contratos mínimos de compra com a Petrobras, conforme mencionado na nota 27 (a). Adicionalmente, a Companhia possui contratos com a Petrobras para o período de 2 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R$ 26.124.

Em 2018, a Companhia realizou contratos de mútuo com a Stratura, por meio dos quais emprestou um valor total de R$ 133. Os valores são corrigidos a taxa de 115,8 % do CDI.

A Companhia assumiu compromissos de aportes de capital, nos anos de 2020 e 2021, nas empresas Muricy II e Pecém, no valor de R$ 30 em cada uma delas.

29.1.2 Por empresa

	Consolidado					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	**13**	**299**	**419**	**631**	-	-
Controladas - Sistema Petrobras						
Petrobras	914	775	189	200	609	927
Transpetro	16	23	23	10	46	35
Outras	29	36	9	6	2	2
	959	**834**	**221**	**216**	**657**	**964**
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia e Sistema Petrobras						
Termocabo	-	12	-	-	-	-
Petrocoque	30	43	-	-	-	-
Logum Logística	1	1	-	-	1	1
CDGN (**)	-	(1)	-	-	-	21
Outras	16	15	1	1	5	8
	47	**70**	**1**	**1**	**6**	**30**
Coligadas do Sistema Petrobras (*)						
Suape II	-	143	-	-	-	-
Braskem	-	10	-	-	-	-
Outras coligadas	-	5	-	-	-	-
	-	**158**	-	-	-	-
Entidades governamentais						
Títulos governamentais	-	-	3	2	-	-
Bancos Controlados pela União	57	60	1.342	1.476	-	-
Clientes - Governo Federal	245	220	81	93	106	38
	302	280	1.426	1.571	106	38
Total	**1.321**	**1.641**	**2.067**	**2.419**	**769**	**1.032**

(*) Em 31 de março de 2020, estas empresas deixaram de ser consideradas partes relacionadas.
(**) Em 05 de junho de 2020, a Companhia realizou o fechamento da operação de venda da totalidade de sua participação acionária na CDGN LOGÍSTICA S.A. ao MDC I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

	Controladora					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	**13**	**299**	**419**	**631**	-	-
Controladas da Companhia e Sistema Petrobras						
Petrobras	914	775	189	200	591	922
Stratura	9	10	149	145	-	-
Transpetro	16	23	23	10	46	35
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(41)	(48)	350	291	520	597
Outras	31	36	9	6	1	2
	929	**796**	**720**	**652**	**1.158**	**1.556**
Operação em conjunto						
Brasil Carbonos	-	-	**4**	-	**4**	**4**
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia e Sistema Petrobras						
Termocabo	-	12	-	-	-	-
Petrocoque	30	43	-	-	-	-
Logum Logística	1	1	-	-	1	1
CDGN (**)	-	(1)	-	-	-	21
Outras	15	15	1	1	5	8
	46	**70**	**1**	**1**	**6**	**30**
Coligadas do Sistema Petrobras (*)						
Suape II	-	143	-	-	-	-
Braskem	-	10	-	-	-	-
Outras coligadas	-	5	-	-	-	-
	-	**158**	-	-	-	-
Entidades governamentais						
Títulos governamentais	-	-	3	2	-	-
Bancos Controlados pela União	57	59	1.311	1.445	-	-
Clientes - Governo Federal	245	220	81	93	106	38
	302	279	1.395	1.540	106	38
Total	**1.290**	**1.602**	**2.539**	**2.824**	**1.274**	**1.628**

(*) Em 31 de março de 2020, estas empresas deixaram de ser consideradas partes relacionadas.
(**) Em 05 de junho de 2020, a Companhia realizou o fechamento da operação de venda da totalidade de sua participação acionária na CDGN LOGÍSTICA S.A. ao MDC I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

As transações com bancos controlados pela União foram efetuadas, principalmente, com o Banco do Brasil.

29.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora							
	Período de seis meses findos em 30 de junho de							
	2020				2019			
Benefícios	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total
Curto prazo	6,0	6,9	0,4	**13,3**	4,1	0,7	0,2	**5,0**
Pós-emprego	0,5	-	-	**0,5**	0,3	-	-	**0,3**
Total	**6,5**	**6,9**	**0,4**	**13,8**	**4,4**	**0,7**	**0,2**	**5,3**

Em 30 de junho de 2020, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

No Consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R$ 15 (R$ 6 em 30 de junho de 2019).

30 Eventos subsequentes

Concessão de gás natural

Em 22 de julho de 2020 a Diretoria Executiva da Companhia aprovou os termos do contrato de Concessão de gás natural, firmado entre a Companhia de Gás do Espírito Santo ("ES Gás") e o Estado do Espírito Santo. A ES GAS será a nova concessionária estadual de gás natural por 25 anos, assumindo os serviços de distribuição a partir de 01 de agosto de 2020.

Nesta mesma data também foi aprovada a indenização cabível à BR pelos ativos reversíveis e sua conversão em ações da ES Gás, no montante de R$ 379 nos termos da Lei 10.955/2018.

A estrutura societária da empresa terá em ações ordinárias o Estado do ES com 51% e a BR com 49%. No capital total, a BR terá 60,02% e Estado do ES 39,98%.

Proposta de distribuição de dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2020 foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 2019 de forma diversa da proposta originalmente encaminhada pela Administração. A proposta apresentada pela Administração à Assembleia Geral Ordinária foi de pagamento do montante de R$590 de juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos até dezembro de 2020 e, em função dos impactos da pandemia de COVID-19, de postergação do pagamento de R$534 de dividendos adicionais, que seriam destinados à constituição de reserva especial, para o momento que a situação financeira da Companhia assim o permitisse. Por maioria de votos, a Assembleia Geral Ordinária deliberou no sentido de a Companhia efetuar o pagamento dos juros sobre o capital próprio, dos dividendos mínimos e adicionais, no montante total de R$1.124, até dezembro de 2020. Neste sentido a Companhia: (i) recebe com tranquilidade a deliberação da Assembleia Geral, que está alinhada ao comunicado divulgado ao mercado em 14 de julho de 2020; (ii) reitera que a proposta de criação de reserva especial tinha por objetivo criar flexibilidade para pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório em momento adequado, bem como preservar as condições financeiras de liquidez e alavancagem da Companhia; e (iii) informa

que caso os índices de liquidez e alavancagem se deteriorem em função da imprevisibilidade que a humanidade passa com a pandemia de COVID-19, a Administração, observando seus deveres fiduciários, prontamente informará os acionistas para que seja feita uma nova reflexão sobre o tema.

Plano de Remuneração Baseado em Ações e o Plano de Ações Restritivas – Programa de Matching

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020 foram aprovados o Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações, e o Plano de Ações Restritivas – Programa de Matching Shares.

No Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações o executivo recebe opções da Companhia que poderão ser convertidas em ações após um prazo determinado de três anos a partir de sua outorga. Já no Plano de Ações Restritivas (Programa de Matching Shares), o executivo recebe ações como contrapartida ao investimento feito na compra de ações de emissão da Companhia no mercado, usando parte de seu incentivo de curto prazo, também após um prazo determinado de carência de três anos a partir do seu investimento. Esses planos têm, dentre seus objetivos: (i) alinhar interesses entre acionistas e executivos; (ii) reconhecer o sucesso na execução do Business Plan; (iii) reforçar a visão a longo prazo nas decisões da Companhia; e (iv) reter talentos e compartilhar o sucesso da organização.

A primeira outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações está prevista para ocorrer no 3º trimestre de 2020, período a partir do qual as despesas do plano começarão a ser reconhecidas.

A primeira outorga do Plano de Matching Shares acontecerá somente em 2021.

Venda da participação na Stratura Asfaltos

O Conselho de Administração aprovou a continuidade da venda da totalidade da participação da Companhia na Stratura Asfaltos S.A. dando poderes à Diretoria para concluir os procedimentos necessários para concretização da operação de venda.

A Stratura Asfaltos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paulínia – SP, atuando na fabricação e distribuição de produtos para pavimentação e conservação de rodovias e afins, na prestação de serviços de engenharia e na execução de serviços especializados de pavimentação.

Em linha com as políticas contábeis da Companhia sobre o tema, ficam integralmente atendidas as condições previstas nos itens 6 a 8 do Pronunciamento Contábil CPC31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, para que o valor contábil da participação seja transferido para o ativo circulante e seus impactos reconhecidos no resultado do terceiro trimestre.

Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020

Títulos das notas explicativas	Anual de 2019	2°ITR-2020
Considerações gerais	1	1
Base de preparação das demonstrações contábeis	2	2
Uso de estimativas e julgamentos	3	3
Principais políticas contábeis	4	4
Caixa e equivalentes de caixa	6	5
Contas a receber, líquido	7	6
Estoques	8	7
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	8
Investimentos	10	9
Imobilizado	11	10
Intangível	12	11
Fornecedores	13	12
Financiamentos	14	13
Arrendamentos	15	14
Adiantamento de clientes	16	15
Tributos	17	16
Salário, férias, encargos, prêmios e participações	18	17
Planos de desligamento	19	18
Benefícios concedidos a empregados	20	19
Patrimônio líquido	21	20
Receita de vendas	22	21
Outras receitas (despesas), líquidas	23	22
Despesas por natureza	24	23
Resultado financeiro líquido	25	24
Informações por segmento	26	25
Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências	27	26
Compromissos contratuais	28	27
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	29	28
Partes relacionadas	30	29

As notas explicativas do relatório anual de 2019 que foram suprimidas no ITR de 30 de junho de 2020 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às demonstrações contábeis intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	**Número das notas explicativas**
Novas normas e interpretações	5
Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada	10.1
Descrição das atividades das controladas	10.2
Descrição da operação em conjunto	10.3
Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto	10.4
Descrição das atividades da coligada	10.5
Abertura por tempo de vida útil estimada	11.1
Direito de uso por prazo contratual	11.2
Imposto de renda e contribuição social diferidos / Estimativa de realização	17.3.b
Participação nos lucros ou resultados	18.3
Novo plano de cargos e salários (PCS)	18.4
Ativos dos planos de pensão	20.2
Plano de saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)	20.3
Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos	20.4
Reservas de lucros	21.2
Ajustes de avaliação patrimonial	21.4
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	30.2
Movimentação do fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	30.2.1
Seguros	31

Petrobras Distribuidora S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A - BR, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia no período findo em 30 de junho de 2020;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias da Companhia no período findo em 30 de junho de 2020.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2020.

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Presidente

ANDRÉ CORRÊA NATAL
Diretor Executivo de Finanças, Compras e RI

FLAVIO COELHO DANTAS
Diretor Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO CRUZ LOPES
Diretor Executivo de Comercial B2B

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo de Operações, Logística e Sourcing

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDY LUIZ KOGUT
Presidente

ALEXANDRE FIRME CARNEIRO
Conselheiro

CARLOS AUGUSTO LEONE PIANI
Conselheiro

CLAUDIO ROBERTO ELY
Conselheiro

LEONEL DIAS DE ANDRADE NETO
Conselheiro

MARIA CAROLINA FERREIRA
Conselheira

MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Conselheiro

PEDRO SANTOS RIPPER
Conselheiro

RICARDO CARVALHO MAIA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Presidente

ANDRÉ CORRÊA NATAL
Diretor Executivo de Finanças, Compras e RI

FLAVIO COELHO DANTAS
Diretor Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO CRUZ LOPES
Diretor Executivo de Comercial B2B

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo de Operações, Logística e Sourcing

CONTADOR

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ – 077.292/O-2